

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**“Brutescos rascunhos da humana natureza”:
a construção dos indígenas nas dissertações históricas da Academia
Brasílica dos Esquecidos (1724-1725)**

Pedro Telles da Silveira

Orientadora: Mara Cristina de Matos Rodrigues

Porto Alegre, novembro de 2009

*Una verdad se inventa
con suma precisión
y la labor intensa de la imaginación*

Juana Molina, "La verdad"

AGRADECIMENTOS

Como todo trabalho, este é a realização de um determinado percurso e como em todo percurso, os encontros foram inúmeros. Aproveito esta página, portanto, para relembrar alguns, já me desculpando pelos nomes que inevitavelmente não aparecerão aqui.

Antes de tudo, devo agradecer aos professores do curso de graduação em História da UFRGS e, em especial, a Temístocles Cezar e minha orientadora, Mara Cristina de Matos Rodrigues. O primeiro, por confiar em mim para participar de um primeiro projeto de pesquisa em meu quinto semestre no curso e, a segunda, por me ajudar em momento difícil da graduação aceitando-me em projeto de pesquisa novo e, assim, indicando-me um novo rumo acadêmico. A ambos, agradeço o contato e o ensinamento de como permanecer o mais humano possível em meio aos estudos.

Aos meus colegas do curso de graduação, em especial a Dênis Correa – *arquiteto do espírito* -, Eduardo Wright Cardoso, Fernando Carlucci, Iuri Bauler Pereira, Guilherme Galvão, Marcos Schulz, Marcus Vinicius Bonugli, Vicente Pithan Burzlaff e Vitor Claret Batalhone Jr. Sem eles não teria aproveitado metade do que aproveitei da minha vivência na universidade e sem eles não pensaria metade do que penso agora.

Aos meus pais, pela paciência e apoio em tantos anos frente aos livros; ao meu irmão, pelas discussões sempre pertinentes e por descobrir espírito afim intelectualmente; aos meus amigos de fora da graduação em História, em especial aqueles mais antigos, cujo distanciamento devido ao curso não enfraqueceu nossa amizade e cujos nomes são muitos para citar aqui.

Por fim, a Claudia Stempkowski, sem cujo afeto recente a escrita deste trabalho teria todo outro valor para mim.

ÍNDICE

Introdução	5
O segundo descobrimento	7
Retórica e historiografia	10
Capítulo 1	
Ação e agremiação	14
Nacional e barroco	14
Campo e autonomia	16
A <i>persona</i> acadêmica	19
Capítulo 2	
Antropologia e etnologia	24
Rumo a uma antropologia	24
Blasfemos, heréticos e imprudentes	30
Capítulo 3	
Retórica e crítica	36
Discrição e discussão	36
A prosa histórica	38
Uma crítica retórica	41
Considerações finais	
A elocução metafórica	51
Bibliografia	53
Anexos.....	58

INTRODUÇÃO

Em trabalho já clássico, Anthony Pagden (1988) analisa as mudanças pelas quais o pensamento europeu passou na tentativa de explicar os indígenas americanos. Essas mudanças, segundo o autor, afetaram a compreensão das sociedades humanas, que passou de uma psicologia individualista a uma sociologia ética baseada na observação empírica, levando a um maior relativismo antropológico. Neste esforço, passou-se de um entendimento do selvagem a partir da teoria da escravidão natural de Aristóteles para uma interrogação acerca da mente humana, em especial da mente da criança, com a qual os selvagens eram comparados. Essa operação lhes permitiu perceber as diferenças entre sociedades como diferentes posições no desenvolvimento histórico e não como disposições psicológicas a elas inerentes.

Essa mesma operação, segundo Michel de Certeau, é a que funda – arqueologicamente¹ – a etnologia, como ele a percebe através do relato de Jean de Léry. O viajante francês inaugura uma intercambialidade entre o espaço do indígena e o do civilizado através de sua própria figura, que co-habita os dois. Dessa forma,

(...) o “de-lá” não coincide com a alteridade. Uma parte do mundo que aparecia inteiramente *outro* é reduzida ao *mesmo* pelo efeito da decalagem que desloca a estranheza para dela fazer uma *exterioridade* atrás da qual é possível reconhecer uma *interioridade*, a única definição de homem (CERTEAU, 2006: 221)

Temporalização e espacialização² – história e etnologia – são frutos do mesmo procedimento, ainda que inverso. Enquanto a primeira, segundo Certeau, se organiza em torno aos conceitos de *oralidade*, *espacialidade*, *alteridade* e *inconsciência*, a história se constrói sobre a *escrita*, a *temporalidade*, a *identidade* e a *consciência* (CERTEAU, 2006: 211). Ambas, contudo, apoiadas num só conceito de homem.

Cerca de dois séculos depois, os membros da Academia Brasílica dos Esquecidos, reunidos na cidade de Salvador, se lançavam à tarefa de escrever a história do Brasil e de inscrevê-la na história do Império português. Diante dos indígenas –

¹ Destaco a palavra para indicar que Michel de Certeau não realiza uma *história da etnologia*, e sim procura compreender as condições que possibilitaram-na ser pensada. Muito próximo, portanto, da arqueologia foucaultiana.

² A conjunção das duas operações aparece na resolução de outra questão candente na época, a dos antigos e dos modernos. Segundo François Hartog, “Ao contrário do par gregos/bárbaros, ou do par cristãos/pagãos, aquele que é formado pelos antigos e pelos modernos não é suscetível de territorialização (a não ser nos espaços acadêmicos). Por isso, tudo se dá dentro da temporalidade” (HARTOG, 2008: 33). Como o próprio Hartog e, também, Pagden salientam, uma primeira redução interpretativa dos indígenas americanos foi a comparação com os antigos, principalmente no que tinham de exótico – Hartog demonstra que, com o tempo, a comparação passou das margens da Antiguidade a seu próprio centro, isto é, Roma e Grécia. Veremos que esta última operação em especial é feita pelos Esquecidos.

questão incontornável a uma história portuguesa do Brasil – os acadêmicos não se furtavam a utilizar tópicos dos primeiros viajantes portugueses da época acerca dos mesmos, desse modo, dizem que

Era o Brasil habitado de Índios, que sendo de uma mesma Pátria, se mostravam tão diferentes nos ritos e línguas, que se julgavam Nações diversas: destas se contavam mais de cem distintas espécies; na simetria do corpo de estatura avultada; nas feições do rosto redondo, nariz chato, cabelo liso, e sempre intonso; nos costumes tão bárbaros, que parece degeneravam em irracionais, porque sem Rei, sem Lei, e sem fé, isentos do temor de Deus, e da legislação dos homens, só obedeciam aos impulsos da natureza corrupta, que sempre propensa ao mal licenciosamente os inclinava a execução de seus brutais apetites, chegando a fazerem gostoso prato da carne humana; supersticiosos por doutrina, glutões por costume, ébrios por exercício, ferozes por inclinação, rudes por gênio, e preguiçosos por natureza; para que com tantas disposições de brutos tivessem mais que lavrar nestes humanos troncos o buril da polícia da Europa, e o cinzel da Religião Católica (FRANCA, 1971: 246).³

O mesmo acadêmico, Gonçalo Soares da Franca, tampouco parece apresentar problemas ao definir o continente americano com figuras que mais lembram o relato de um viajante medieval.

As ilhas de que está povoado são tantas, e tão extensas, que podiam servir de Províncias em outros Reinos, pois alguma chega a medir cem léguas de circunferência. As nações que habitam as suas margens [do Grão-Pará, isto é, do Rio Amazonas] tão numerosas e diversas, que já se somaram cento e cinqüenta distintas em nomes acentos, e línguas, entre as quais numeram a que chamam dos Gigantes, que os Nacionais dizem Curiquerês, os quais (segundo os que os viram - caia a verdade sobre seus Autores) tem dezesseis palmos de alto, andam nus e se adornam de grandes patenas de ouro as orelhas, e narizes. Ex-diâmetro oposta a esta contam outra de Pigmeus, tão pequenos como tenras crianças, que eles chamam Guaiasis. Certificam também que há uma Nação, que tem os pés às avessas, de sorte, que quem os quiser seguir pelas pegadas há de caminhar para onde elas parece que desandam, segundo cacos por natureza, se o primeiro o fazia por artifício: o que se tem por verossímel (muitos querem que seja averiguado) é que habitam as margens do Rio Conoriz, um dos fundatários do Pará, as belicosas Amazonas mulheres, que lhe deram o nome (FRANCA, 1971: 244-245).⁴

³ Pode-se comparar, por exemplo, com a descrição feita por Pero de Magalhães Gândavo, publicada em 1576 *História da Província de Santa Cruz*: “Esses índios são de cor baça e cabelo corredio; têm o rosto amassado e algumas feições dele à maneira de chins. Pela maior parte são bem-dispostos, rijos e de boa estatura; gente muito esforçada e de muito pouca consideração. São desagradecidos em grã maneira, e mui desumanos e cruéis, inclinados a pelejar e vingativos em extremo. Vivem todos mui descansados sem terem outros pensamentos senão comer, beber e matar gente (...)” (GÂNDAVO, 2004: 133-134). Também é Gândavo quem primeiro afirma que aos indígenas faltariam as letras F, L e R (2004: 135), assim como parece ser dele o relato da aparição do monstro marinho, que é referido por Franca, e o lamento, que é feito por Caetano de Brito e Figueiredo, da troca do nome de conotações religiosas – *Santa Cruz* – para o de Brasil, que revela interesses econômicos. De qualquer forma, o importante é notar que mesmo após séculos de colonização o Brasil e seus habitantes ainda precisam ser descritos, o que indica o pouco conhecimento dos portugueses do mesmo.

⁴ Refiro-me às figuras destacadas, como os gigantes e pigmeus, as amazonas e os homens com os pés virados. Todas estas criaturas, na verdade, representam uma continuidade do imaginário antigo durante a Idade Média, quando são primeiramente codificadas por Isidoro de Sevilha, em sua *Etimologia* e, depois, integram os diversos bestiários medievais. Nos relatos europeus sobre o Extremo Oriente medieval, sua entrada se dá pela aceitação do *Romanço de Alexandre*, que narra o prosseguimento das aventuras do conquistador grego. A função dessas figuras era, justamente, a de garantir a veracidade do que era dito, pois sua existência era dada como certa. Os homens com os pés virados já são citados por Plínio, afirmando que vivem na Índia, no livro sétimo de sua *História Natural*.

Outro acadêmico, Luís Siqueira da Gama, por sua vez, ao justificar a política de reduzir os indígenas a aldeamentos, recorre justamente à teoria aristotélica da escravidão natural, com a qual afirma que

(...) o Governador Mem de Sá em resolver e ordenar que os Índios se congregassem e reduzissem a aldeias, não foi gravar-lhes o Estado de livres, reputando-os como escravos; foi sem regê-los, e governá-los naturalmente mandando-lhes que obrassem uma ação reta; assim como pode bem mandar o pai ao filho, o Rei ao vassalo, o esposo à mulher, e o tutor ao pupilo (GAMA, 1971: 48)⁵

Através destes e de outros exemplos se percebe que o conhecimento que os acadêmicos formulavam acerca dos indígenas se baseava em pressupostos e procedimentos que pouco se parecem com a relativização e o maior empirismo que tanto Pagden quanto Certeau advogam.

Citações de autoridades, comparações com povos antigos, recurso a elementos de sua própria compreensão de política, religião e sociedade, entre outros, são os meios que os acadêmicos utilizam para descrever os indígenas e inscrevê-los mais do que numa história única, num conjunto de concepções coerente no corpo do Império português. O objetivo do presente trabalho é estudar as práticas intelectuais que permitem aos acadêmicos Esquecidos descreverem assim aos indígenas.

O segundo descobrimento

Fundada em março de 1724, a Academia Brasílica dos Esquecidos foi a primeira agremiação dedicada às letras na então possessão portuguesa. Ela reuniu uma série de

Deve-se lembrar que gigantes, pigmeus e amazonas, por exemplo, estão presentes em algumas das cartas de Américo Vespúcio (1951) sobre o recém-descoberto continente americano. Para a continuidade entre o imaginário medieval e a descrição da América, o trabalho clássico é o de Sergio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso* (2000). É interessante, contudo, que se percebe aqui que os portugueses eram bastante imaginativos na descrição do novo continente, mesmo séculos após sua descoberta, o que em parte é contrário à tese do autor. Para uma compreensão dos relatos de viagens medievais, suas características textuais e suas condições de credibilidade, atentar para os trabalhos de Eugenia Popeanga (1991; 1991), autoridade no assunto.

⁵ A teoria da escravidão natural é a formulada por Aristóteles em sua *Política* e que tem longa vida na compreensão das sociedades. Num primeiro nível, ela se refere à noção de que alguns indivíduos não completam as faculdades humanas, de modo que são escravos por natureza e, por conseguinte, sua posição social não lhes é demeritória: “ao estudar o homem”, diz o filósofo, “cumpre-nos considerar aquele que está nas melhores condições possíveis de corpo e alma”, de forma que se o comando do corpo pela inteligência é natural, da mesma forma aos animais “é melhor ser dominados pelo homem, pois esta condição lhes dá segurança. Entre os sexos também, o macho é por natureza superior e a fêmea inferior; aquele domina e esta é dominada; o mesmo princípio se aplica necessariamente a todo o gênero humano; portanto, todos os homens que diferem entre si para pior no mesmo grau em que a alma difere do corpo e o ser humano difere de um animal inferior (...) são naturalmente escravos” (*Política*, 1254b). Todavia ela também parece ser necessária, uma vez que o homem é, na famosa definição, um “animal social” (1253a) e a união de desiguais caracteriza as uniões que possibilitam a *polis* – explorarei alguns destes aspectos no segundo capítulo do presente trabalho.

eruditos locais⁶ em torno ao Vice-Rei e governador-geral da Bahia, Vasco Fernandes César de Meneses. Mesmo que tenha sido de curta duração, pois esteve em funcionamento apenas até fevereiro de 1725 – portanto menos de um ano –, a Academia foi saudada em Lisboa e Paris (KANTOR, 2004: 89-90), da mesma forma que os acadêmicos que a integravam ou que a ela eram convidados celebravam o incentivo às letras no Brasil. O dístico adotado, *Sol oriens in occiduo* (o Sol nasce no Ocidente), encontrava sua complementação na percepção da Academia como uma espécie de *segundo descobrimento*.⁷ Se até então apenas pelas armas havia o Brasil se ligado a Portugal, agora também pelas letras o faria. E qual criava o mais firme laço?

A maior glória da Monarquia, como dizia em seu favor a Ásia, consiste na sua duração: a esta aspiravam sempre todas as nações, todos os Príncipes, e Capitães insignes, que as fundaram. E que meio mais proporcionado para estabelecer firmemente o império, que o exercício das Letras? (...) as Letras são a muralha mais segura, e uma Academia é o propugnáculo mais forte de qualquer República (CASTELLO, 1971: vol. I, tomo 3, 299).⁸

Inserida num contexto de rápidas transformações tanto na colônia quanto na metrópole, a constituição da Academia brasílica tem de ser entendida no contexto de institucionalização da escrita histórica em Portugal, cujo marco é a fundação quatro anos antes da Academia Real da História Portuguesa, em Lisboa. Segundo Isabel Mota, “o impacto da instituição era decisivo na República das Letras e a esse nível a implantação acadêmica ia da Ponte de Lima ao Brasil” e a criação da Academia dos Esquecidos foi acompanhada pelo Reino, pois o Vice-Rei

⁶ A Academia possuía um núcleo principal de sete membros, eram eles: o reverendo Gonçalo Soares da Franca, o desembargador Caetano de Brito e Figueiredo, o ouvidor Luís de Siqueira da Gama, o juiz de fora Inácio Barbosa Machado, o coronel Sebastião da Rocha Pita, o capitão João de Brito e Lima e o doutor José da Cunha Cardoso. Cada um desses membros assumia um pseudônimo acadêmico, respectivamente, obsequioso, nubiloso, ocupado, laborioso, vago, infeliz e venturoso. Os pseudônimos eram uma prática que parece copiada da Academia dos Anônimos, também do início do século XVIII. Estes não são todos os que participaram das reuniões pois, por exemplo, o presidente de cada sessão era escolhido fora a esse núcleo de acadêmicos, com exceção da primeira e da segunda conferências, cujos presidentes foram, respectivamente, José da Cunha Cardoso e Sebastião da Rocha Pita. Para mais informações sobre os membros da Academia, é interessante consultar o capítulo referente à Academia dos Esquecidos na *História da Literatura Baiana*, de Pedro Calmon (1949).

⁷ A expressão é dita na reunião de 21 de janeiro de 1725, presidida por Felix Xavier, cujo tema de oração é o seguinte: “Qual foi o mais ilustre descobrimento do Brasil: o primeiro, em que nele se introduziram as armas Portuguesas, ou o segundo, em que nele se descobriram os tesouros das Academias?” (CASTELLO, 1971: vol. I, tomo 4, 85).

⁸ As dissertações acadêmicas serão citadas com o nome de seu autor seguido do ano de publicação e da página. Adotei o ano de publicação por ser difícil estabelecer se uma dissertação foi lida em 1724 ou 1725. O exemplo citado agora, por sua vez, é de uma oração acadêmica. Como são muitos os seus autores, cito apenas o nome de Castello, que as compilou, mostrando a referência ao volume, tomo e página. Já que estas são as únicas obras dispersas em vários volumes, doravante serão indicados, apenas, em números romanos, o volume, em arábicos, o tomo e, depois, as páginas.

(...) informou D. João V, que por sua vez ordena ao Secretário da Academia Real que escreva ao Vice-Rei, da parte dos Censores, aprovando a sua resolução. (...) No mesmo ano de 1725, mas já em Outubro, o Vice-Rei remete à Academia as obras dos Acadêmicos Esquecidos, decidindo-se na Junta que na primeira Conferência acadêmica isto fosse publicado (MOTA, 2003: 104).

É certamente por inspiração portuguesa que a história é matéria mais extensivamente tratada na *Notícia de fundação*, nota que acompanha a instituição da Academia brasílica. Nela, informa-se que a história do Brasil foi separada em quatro assuntos – história política, natural, eclesiástica e militar –, sobre os quais quatro de seus membros ficaram encarregados da escrita de dissertações nas quais seriam discutidos os pontos obscuros e os problemas ainda não resolvidos dessa história. Coube, então, respectivamente, a Luís Siqueira da Gama, Caetano de Brito e Figueiredo, Gonçalo Soares da Franca e Inácio Barbosa Machado a escrita dessas dissertações.⁹

Todavia enquanto a agremiação reinol dedicava-se exclusivamente à história, os acadêmicos brasílicos ocupavam-se também da escrita de poemas e de orações. Cada uma de suas dezoito sessões abria com uma oração, recitada por um acadêmico convidado, sobre um tema de sua escolha. Esse acadêmico era também o presidente da sessão e cuidava da realização dos certames poéticos, embora não fosse ele quem determinasse os temas a serem contemplados pelas poesias. Os certames eram ocasiões para os acadêmicos mostrarem seu talento na composição de poemas tanto sobre um assunto *lírico*, quanto de um assunto *heróico*.¹⁰ São essas poesias e orações que constituem o grosso do legado intelectual acadêmico, compondo quatro dos cinco tomos de sua obra coligida.

Percebe-se, então, que a história era praticada conjuntamente a outras formas de escrita, revelando que ela não era uma disciplina autônoma com um espaço próprio, e sim convivia junto às demais escritas sob a idéia de Belas Letras. Os acadêmicos se movimentavam, portanto, dentro de uma concepção retórica de escrita da história.

⁹ As três primeiras estão publicadas na coletânea de Castello, enquanto a última, de Machado, só foi publicada na tese de doutorado de Carlos Eduardo Mendes de Moraes (1999). Como o contato com esta última dissertação foi recente, as referências a ela serão marginais e merecerão uma análise mais aprofundada em estudo posterior.

¹⁰ Entenda-se *lírico* não como o poema de temática mais pessoal, mas sim de verso mais livre e tema menos histórico; da mesma forma, *heróico* refere-se ao decassílabo com cesura na sexta e na décima sílabas, tipo de métrica que, por seu caráter marcial e solene, foi muito utilizado na poesia épica (FIORETTO, 2005: 18). Os temas das poesias dos Esquecidos foram elementos de sua desconsideração – de fato, eles são totalmente estranhos à sensibilidade atual. Entre os temas heróicos havia desde a celebração do aniversário do príncipe quanto “uma estátua de Apolo atingida e desfeita por um raio”; entre os líricos, os temas variavam da celebração da própria Academia até “Dama formosa, mas com poucos dentes, que para que não lhe notem a falta, costuma falar pouco”, entre outros. Para uma listagem completa dos temas, ver anexo.

Retórica e historiografia

Entre os séculos XVI e XVIII floresceu o gênero da *ars historica*. Segundo Anthony Grafton (2008), as *artes historicae* buscavam identificar as regras que governavam o discurso histórico, tentando unificá-lo tanto no conjunto das histórias possíveis quanto de duas tendências que se constituirão, posteriormente, como opostas: a retórica e a crítica. A ligação da história tanto à retórica quanto à crítica parece estranha atualmente, isso se deve tanto a uma concepção que percebe o triunfo da erudição então nascente – como Arnaldo Momigliano, para quem o nascimento da história se deu quando da distinção entre fontes primárias e secundárias – quanto à compreensão, como Paul Ricoeur a chama, da retórica como uma “disciplina amputada”. De acordo com o filósofo francês,

Uma das causas da morte da retórica está aí: ao reduzir-se a uma de suas partes, a retórica perdeu ao mesmo tempo o *nexus* que a vinculava à filosofia por meio da dialética; perdida essa ligação, tornou-se a retórica uma disciplina errática e fútil. A retórica morreu quando o gosto de classificar as figuras excedeu inteiramente o sentido filosófico que animava o vasto império retórico, que mantinha unidas suas partes e vinculava o todo ao *Organon* e à filosofia primeira (RICOEUR, 2005: 18).

É dentro desse quadro de uma disciplina amputada que a proposta de Hayden White se insere. Para o crítico americano, a influência da retórica sobre a história se dá sobretudo na escolha dos modos de compor sua escrita. Ela é um conjunto de opções referentes ao enredo, ao argumento e à perspectiva política de sua obra.¹¹ Não estranha que Paul Ricoeur defina o empreendimento de White não como “uma contribuição para a epistemologia do conhecimento histórico, mas [como] uma poética cujo tema é a imaginação, mais precisamente a imaginação histórica” (RICOEUR, 2007: 263).

No entanto, Hayden White faz a asserção comum àqueles que defendem a retórica de que ela constitui um modo privilegiado pelo qual a historiografia pode alcançar uma especificidade explicativa própria. Se White se interessa mais pelas figuras e tropos retóricos, não deixa de apropriá-los para pensar na “defesa de modos de argumentação que a retórica opõe às pretensões hegemônicas da lógica” (RICOEUR, 2007: 261). Essa afirmação ecoa aquela que é o móbil da obra de Chaïm Perelman e

¹¹ Deve-se lembrar, contra certa tendência interpretativa, que há uma ligação entre os tropos e tipologias de White e uma realidade mais empírica, como se percebe em passagem da famosa introdução a *Metahistory*: “o trabalho histórico representa uma tentativa de mediação entre o que chamarei o *campo histórico*, o *registro histórico não-processado*, outros *relatos históricos* e uma *audiência*” (WHITE, 1975: 5). Todavia ele acaba, como Ricoeur o mostra, por reaver uma ligação quase positiva entre história e realidade frente aos ataques a sua obra, tornando difícil a sustentação de seu edifício teórico. Comparar com a discussão feita por Paul Ricoeur acerca do “duplo legado” da retórica à historiografia (RICOEUR, 2007: 261-274); a discussão aqui feita no momento é largamente inspirada por essas páginas.

Lucie Albrechts-Tyteca, expressa em sua primeira página: estudar a retórica e a argumentação constitui “*uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes*, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos últimos três séculos” (PERELMAN; ALBRECHTS-TYTECA, 2005: 1). Entre outras considerações oportunas que podem ser feitas a partir da obra, vale destacar que a retórica – por sua ênfase na persuasão – opõe-se à *demonstração*, de modo que

É a *idéia de evidência*, como característica da razão, que cumpre criticar, se quisermos deixar espaço para uma teoria da argumentação que admita o uso da razão para dirigir nossa ação e para influenciar a dos outros. A evidência é concebida, ao mesmo tempo, como a força à qual toda mente normal tem de ceder e como sinal de verdade daquilo que se impõe por ser evidente (...) Toda prova seria redução à evidência e o que é evidente não teria necessidade alguma de prova (PERELMAN; ALBRECHTS-TYTECA, 2005: 4)

É por sua valorização da evidência que a iniciativa de Carlo Ginzburg de (re)ligar retórica e crítica erudita torna-se mais frágil. Se, por um lado, a historicização da prova que propõe é pertinente, mostrando que é a partir da *enargeia* grega – o tornar vívido por meio da narrativa – que a *idéia* de crítica erudita se articula, o historiador italiano pensa, por outro lado, a prova apenas por seu aspecto fiduciário em relação à realidade, reduzindo-a a uma *evidência* (GINZBURG, 2007).¹² Pode-se pensar se não apenas as pretensões da lógica e da demonstração, mas também um modo de compreender o texto e o discurso é que são questionadas pela retórica. Ao estudo da retórica deve-se acompanhar, também, a percepção do texto como um objeto comunicativo e a problematização da linguagem por trás do discurso histórico.¹³

¹² Um exemplo disso é o texto “Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez” (GINZBURG, 2002: 47-63), em que ele tenta provar que onde Aristóteles mais se referiu à história é na *Retórica* e não no famigerado capítulo IX da *Poética*. Afirma ele que entre os gregos o que entendemos hoje como crítica erudita (que levou à crítica das fontes) era do domínio da arqueologia. Dessa forma, na *Retórica*, Aristóteles teria celebrado essa crítica, enquanto na *Poética* teria rejeitado a mera escrita, sem pesquisa, da história. Ginzburg parece-me estimular exageradamente uma oposição entre o aspecto escrito – estilístico – e o trabalho crítico da historiografia, apesar dele próprio afirmar que os modelos narrativos agem desde o começo do trabalho historiográfico (2002: 44). Da mesma forma, se a retórica era ligada à prova e o trabalho de crítica era independente da história, vinculando-se à arqueologia (ainda que este termo tivesse sentido diferente do atual), o que lhe permite concluir seu artigo com a proposição de que “na Grécia do século IV, retórica, história e prova estavam estreitamente interligadas” (2002: 59)?

¹³ Aqui é possível trabalhar com a possibilidade aberta pelo chamado “enfoque collingwoodiano”, cujos representantes mais conhecidos são Quentin Skinner e J.G.A. Pocock, além do próprio Anthony Pagden. A questão que eles trazem é a de que o sentido dos textos políticos é criado por um autor num determinado momento animado por certos objetivos e utilizando uma determinada linguagem ou idioma (isto é, um código lingüístico específico). Por todos esses elementos, o autor se torna ator num determinado contexto. Para o presente trabalho, é essencial que os escritos dos acadêmicos sejam inscritos numa outra linguagem que não a atual, de forma a ressaltar sua dependência aos modos de compreensão do mundo que essa linguagem, em especial a ligada à política monárquica e à teologia católica, forneciam.

O enfoque se Skinner e Pocock permite prestar atenção à própria forma do texto como veiculando sentidos – ainda que não no sentido extremo proposto por Chartier (2003). Vale lembrar aqui as *injunções*

Não se pode, é claro, pensar que os acadêmicos setecentistas concebiam a retórica simplesmente de forma mais filosófica e argumentativa do que ela se tornou, pois é justamente à época a que pertencem que sua caracterização como *amputada* foi corretamente aplicada. Entretanto a retórica funcionava de um modo em que era através dos tropos e das figuras mesmos que os argumentos se constituíam e através da própria persuasão é que se alcançava o verdadeiro. Entre a prática antiquária e a erudição crítica, portanto, esquece-se que a história foi, durante muito tempo, retórica, sem qualquer prejuízo de seu estatuto.

*

A delimitação dos procedimentos intelectuais dos acadêmicos Esquecidos terá seu objeto principal no modo como a figura do indígena era construída. O indígena é personagem privilegiado no teatro das dissertações, aparecendo bastante frequentemente; mesmo assim, ante o caráter variegado das temáticas dissertativas, seu estudo – tal como aqui proposto – é uma opção, caso contrário o presente trabalho demandaria tempo e espaço indisponíveis no momento.

O estudo se divide em três capítulos. No primeiro, proponho uma discussão sobre as características do processo de institucionalização da história à qual a Academia dos Esquecidos, inegavelmente, se filia. Tento mostrar que o pertencimento a um mesmo contexto intelectual não implica necessariamente no compartilhamento de práticas intelectuais, o que leva a certas diferenças no modo de abordá-la. No segundo capítulo, procuro mostrar como o indígena é construído nas dissertações acadêmicas – dependendo de um auditório e de concepções político-teológicas prévias, o indígena é menos a positividade de uma fonte, validada em si mesma ou pelo contato visual, que a criação de um discurso. O terceiro capítulo, por fim, procura estudar o que é a dissertação e como nela se apresentam tanto elementos críticos quanto estilísticos, ambos informados pelas concepções que foram esboçadas ao longo do trabalho. Se a

narrativas que François Hartog (1999) demonstra agirem sobre o relato de Heródoto. Todavia as injunções narrativas acabam por levar a uma concepção transparente de texto, já que funcionam como uma grade que conforma seus conteúdos, sem precisar se relacionar com a forma. A rejeição dessa possibilidade aqui se deve à própria retórica, que torna impossível distinguir forma e conteúdo do texto, como se fosse uma deformação na grade.

Todavia o recurso ao contexto – ainda que lingüístico – do autor no momento em que escreve não deve esgotar a análise, uma vez que para inscrever o presente trabalho no horizonte da teoria da história é preciso relacionar seus problemas com os problemas trans-históricos da escrita histórica, como a prova. O que se evidencia pela própria tentativa de abordar teoricamente textos de uma época em que a própria noção de *historiografia* não existia. Creio, nesse ponto, que isso marcaria uma especificidade da teoria da história, assim como a remissão à visão filosófica do autor – para além do contexto de seus debates – é o que caracterizaria uma história filosófica da filosofia segundo Yves-Charles Zarka (1999).

organização do estudo parece refletir os constituintes da *operação historiográfica* de Michel de Certeau, não se esquece, contudo, de mostrar os entrecruzamentos que *lugar, prática e escrita* realizavam no século XVIII.

CAPÍTULO 1

AÇÃO E AGREMIÇÃO

O objetivo deste primeiro capítulo é forjar uma definição de academia que respeite tanto as – aparentes – contradições entre os textos da Academia dos Esquecidos e parte dos desenvolvimentos na historiografia e na crítica que então ocorriam na Europa quanto torne possível se esquivar à apreensão anacrônica destas mesmas contradições. Por isso, realizo primeiro uma breve revisão bibliográfica sobre as academias, mostrando uma primeira teorização a que foram sujeitadas; depois, trato das abordagens mais recentes. Por fim, ante a autonomia ou subserviência do mundo das academias, procuro no próprio acadêmico seu espaço de atuação possível.

Nacional e barroco

As academias coloniais – para o Brasil – e as academias da Era Moderna, para Portugal, receberam pouca atenção por parte da historiografia, “sendo sobretudo os historiadores da literatura que mais fazem referência às Academias” (MOTA, 2003: 19) – situação que é idêntica dos dois lados do Atlântico. No Brasil, a atenção à academias ficou condicionada ao debate em torno da relevância do barroco à formação de uma literatura nacional. Segundo Guilherme Simões Gomes Jr. (1998), é um debate que, no século XX, se dá em dois momentos. O primeiro gira em torno da valorização do barroco, que acontece através dos trabalhos de Afrânio Coutinho, em especial de sua eleição para a cátedra de literatura brasileira do Colégio Dom Pedro II, em 1951. Segundo Gomes Jr., até então o Brasil, dependente de modelos franceses – onde se acreditava que o classicismo impedira o desenvolvimento do barroco – e portugueses – que o identificavam ao Século de Ouro espanhol, justamente época da União Ibérica –, trabalhava com uma perspectiva de desvalorização do barroco para a cultura nacional. No decurso da década de 1950, a interpretação de Coutinho, que se tornara a dominante, seria ameaçada pela publicação de *A formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido, na qual o barroco está excluído do processo que dá título à obra. O segundo momento ocorre nos anos 1980, quando é justamente a perspectiva de Candido, que se tornara canônica, que é posta em xeque pela obra *O seqüestro do barroco na “Formação da literatura brasileira”*, de Haroldo de Campos. É significativo que por

volta da mesma época, João Adolfo Hansen tenha publicado o seu *A Sátira e o Engenho*,¹⁴ revisão da poesia – dita barroca – de Gregório de Matos.

Mais importante do que discutir a pertinência do conceito de barroco¹⁵ é assinalar que é com relação ao cenário intelectual de meados do século XX que surge a primeira teorização sobre as academias. José Aderaldo Castello, que trabalhou com Coutinho e é responsável pela publicação da maior parte dos escritos acadêmicos, percebe a produção literária dos séculos XVII e XVIII, até o arcadismo, como representante da transformação do barroco de uma iniciativa individual – que toma forma nos grandes vultos do século XVII, como Antonio Vieira e Gregório de Matos, por exemplo – em um movimento, cuja característica mais marcante é justamente a reunião em agremiações.¹⁶ É contra este pano de fundo que o autor cunha o conceito de *movimento academicista*, embora ele mesmo distinga *academias* de *atos* ou *sessões acadêmicas* ou *celebrações*.¹⁷

¹⁴ Originalmente publicado em 1988 pela Companhia das Letras.

¹⁵ O problema com o conceito de barroco, como bem aponta Sérgio Buarque de Holanda, é o de se “É possível à crítica de literatura utilizar com vantagem noções cunhadas para o estudo das outras artes? É lícito e é aconselhável, no estudo da literatura e das outras artes, partir de cada situação histórica particular, considerando, de certo modo, suas diferentes manifestações como expressivas dessas diferentes situações históricas?” (HOLANDA, 1996: 473). A perspectiva descrita por Holanda é a que se encontra no clássico trabalho de José Antonio Maravall (1997), no qual o barroco se torna uma época. O historiador espanhol parece ser influenciado por Jacob Burckhardt e sua pintura de quadros históricos; Burckhardt foi um dos primeiros historiadores da arte e é justamente dessa disciplina que vem o conceito de barroco, utilizado pela primeira vez como categoria heurística por Wölflin, em 1888. Para este, barroco se opõe ao clássico. Para João Adolfo Hansen, ecoando Sérgio Buarque de Holanda, o problema é que o potencial heurístico do conceito de barroco é limitado, o que o torna, em sua opinião, um conceito, no máximo, descritivo, o que tem a ver com sua valorização dos conceitos de época para o estudo da literatura (HANSEN, 1997).

¹⁶ É interessante que autor de pertencimento teórico diferente afirma essencialmente o mesmo. Para Hansen, práticas de representação do século XVII continuam até o arcadismo, no final do século XVIII, fazendo com que aquele século tenha, na verdade, 180 anos (HANSEN, 1997: 18). É claro que Hansen se move no âmbito das práticas, diferente de Castello, que tenta isolar uma essência. De qualquer forma, é por isso que utilizo aqui sua teorização (de Hansen), do mesmo modo que Sinquevisque (2000b), estudando o *Tratado Político* de Rocha Pita (terminado em 1718 e publicado em 1730), refere-se a uma *prosa histórica seiscentista*.

¹⁷ Castello distingue *academias*, *sessões* e *celebrações*. Academias seriam as instituições de relativa longa duração com objetivos a longo prazo, tal como a Academia dos Esquecidos ou a dos Renascidos (1759), enquanto sessões e celebrações seriam academias de curta duração – muitas vezes apenas uma sessão – nas quais se celebraria, pelas letras, determinado evento ou personagem destacado.

Segundo Castello, o termo academia era utilizado para os três tipos, todavia não encontrei a palavra com esta acepção no *Vocabulário português e latino*, de Rafael Bluteau – publicado em vários volumes na virada entre 1712 e 1718. É importante perceber que Bluteau, jesuíta francês, era membro da Academia Real de História.

De qualquer forma, a afirmação de Castello se justifica pela leitura do restante dos textos de sua coletânea, como se vê pelos títulos de suas compilações – títulos de época –, como, por exemplo, “Jubilos da América, na gloriosa exaltação, e promoção do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Gomes Freire de Andrada (...) Coleção das obras da Academia dos Seletos, que na Cidade do Rio de Janeiro se celebrou em obséquio, e aplauso do dito Excelentíssimo Herói” (CASTELLO, 1971: 2, 1, 5) ou “Na Academia que lhe [a Bernardo José de Lorena] dedica este Senado da Câmara no dia, em que se mudam os presos para a

A posição de Castello é significativa por apresentar o quadro-limite da teorização literária sobre o fenômeno acadêmico. Pensada pelo viés do *nacional*, as academias foram sujeitas ou à diluição de sua produção no catálogo bibliográfico de seus membros ou à unificação num contínuo temporal, como conota o conceito de *movimento academicista*. Segundo Carlos Eduardo Mendes de Moraes, no que tange às academias, seriam equivocadas tanto considerações extemporâneas, como o nacionalismo ou o americanismo, quanto “sua equiparação às produções individuais, pelo fato de que as academias estão erigidas para uma finalidade tal que não coincide com aquelas praticadas por autores individuais” (MORAES, 1999: 19), entendendo ele o caráter coletivo como a posse comum de regras de escrita. As academias, portanto, não são positivities, prestando-se à discussão teórica; passando este primeiro momento conceitual, problematizarei agora algumas abordagens atuais, de modo a construir um modo próprio de indagar a Academia dos Esquecidos.

Campo e autonomia

Em seu estudo sobre a Academia Real de História Portuguesa, Isabel Mota apresenta a instituição lisboeta como agente da autonomização da prática historiográfica no Reino português. Através do patrocínio do Rei D. João V, à Academia foram concedidos uma série de privilégios, tais como o de realizar reuniões no Palácio Real, não precisarem passar pela Censura inquisitorial nem pela do Paço, imprimirem suas obras com selo próprio etc. Essa situação criou, segundo a autora, uma autonomia quanto à avaliação das obras históricas – interna à Academia – e quanto às regras por trás do discurso historiográfico, tornando os acadêmicos o modelo a ser seguido.¹⁸

É nesse sentido que o “primeiro campo historiográfico” – marcado pelo mecenato real, pela centralização acadêmica e pela ampliação do público leitor – se articula (MOTA, 2003: 125). Como resultado, surge a “função-historiador”, ainda que com os problemas inevitáveis a uma sociedade de Antigo Regime, ou seja, a tensão de

nova Cadeia a 17 de dezembro de 1791” (2, 2, 17). Percebe-se que além de algo instituído, as academias também são algo que se faz; retomarei este ponto posteriormente.

¹⁸ O que em Portugal é significativo, uma vez que desloca os mosteiros como centro de produção historiográfica, como o famoso mosteiro beneditino de Alcobaça. A opinião dos membros da Academia Real sobre Alcobaça é negativa, como se percebe em carta de D. Pedro de Almeida a Rafael Bluteau, que se encontrava no referido mosteiro. Com certa ironia, diz que este se encontrava “na taciturna grandeza, e no pomposo deserto de Alcobaça” (MOTA, 2003: 197). Lembrando que as dissertações da Academia dos Esquecidos estavam localizadas no mosteiro assinalado, como se percebe na nota que as precede – o Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses guardava cópia das obras acadêmicas, como se vê no exórdio à oração do cônego Inácio de Azevedo (I, 3, 61).

ser “por um lado oficial e glorificadora do Estado, ela é [também], ao mesmo tempo, uma forma e via de autonomização do campo historiográfico e, o que é muito importante, uma coisa não impede a outra” (MOTA, 2003: 132), mesmo que a autora afirme antes que “se o ‘autor-historiador’ se afirma autonomamente, o processo ainda está nos seus começos e as tradições inversas ainda vigorosas” (MOTA, 2003: 131).

Para o presente trabalho, é preciso lidar com duas questões que a obra de Isabel Mota coloca. Primeiro, se a Academia dos Esquecidos é “réplica da de Lisboa” (MOTA, 2003: 104) ou não; segundo, se o estudo “das Luzes” deve seguir o rastreamento das relações sociais muito mais do que “uma teoria improvavelmente unificada” (MOTA, 2003: 54), impõe-se para a definição do estatuto do acadêmico uma dupla atenção tanto ao próprio acadêmico, como figura que define a academia, como aos modos pelos quais ele se representa e é representado, os quais podem ser muito diferentes dos nossos – trata-se de aceitar o desafio da autora ultrapassando os limites que ela própria colocou.

A confluência das duas questões é mais perceptível quando a autora trabalha com os percursos de carreira dos historiadores da Academia Real. Segundo Isabel Mota, há desde os membros de uma alta aristocracia, como o Conde de Ericeira,¹⁹ aos historiadores que visam o público mais amplo e não os outros acadêmicos. Entre esses percursos, destaca-se o do *cursus honorum* ou carreira ideal, pelo qual o historiador iniciaria

(...) pelo clientelismo, [para] fazer em seguida parte dos salões mundanos e acadêmico para terminar no mecenato de Estado e, se possível, como membro da Academia Real da História, que constitui o topo da carreira de um historiador na primeira metade do século XVIII (MOTA, 2003: 140).

Todavia se a movimentação pelas academias, que constituíam redes de sociabilidade, não esconde que os autores ocupavam-se de outras escritas que não a histórica, pode-se, então, colocar a questão de como pressupor uma função-historiador (semelhante a uma função-autor) a “campo” de práticas tão diversas? A função-historiador que seria, ulteriormente, o resultado do processo, é colocada no começo da análise, levando a

¹⁹ Nunca é demais destacar a importância de D. Francisco Xavier de Menezes, o 4º Conde de Ericeira, para o mundo acadêmico lisboeta de inícios do século XVIII. Em 1693, ele entrou na Academia dos Generosos, da qual seu avô havia sido presidente; em 1696, fundou sua academia, as Conferências Discretas e Eruditas; em 1717 patrocina a Academia Portuguesa e, por fim, em 1720 é um dos principais articuladores da Academia Real de História. Segundo Isabel Mota, o Conde representa o tipo do “grande amador”, membro da alta aristocracia que não dependia da instituição para ascender socialmente ou da publicação de livros para sobreviver. Esses “grandes amadores” tinham “posições intelectuais mais sólidas e avançadas” (MOTA, 2003: 152), porém comentando tratado escrito pelo Conde de Ericeira, percebe-se que ele retoma concepções já presentes n’*O Cortesão*, de Baldassare Castiglione, ou seja, um modelo renascentista de erudito, pois para o Conde, o “cortesão discreto” tem de ter um conhecimento enciclopédico e não especializado (MOTA, 2003: 151). A “dualidade” do Conde é tema da próxima nota.

distinções como “o historiador de transição, isto é, aquele que tem ainda um pé no estatuto arcaico de cronista mas tem já outro no novo campo historiográfico, nas suas instituições e no seu mercado do livro” (MOTA, 2003: 147). Desse modo, “a redefinição das Luzes como um sistema cultural” faz “a análise epistemológica dos conteúdos de saber com o estudo sócio-histórico das suas condições de possibilidades” perambular em torno justamente “das categorias conceptuais que o fundam” (MOTA, 2003: 53); isto tem importância capital para o presente estudo pois, não negando o valor da abordagem da autora, ela acaba por propor a historicização como substituto da teorização, esquecendo-se de historicizar a própria epistemologia. Define-se, portanto, a instituição para depois se definir o texto, como se a continuidade entre ambos fosse evidente. O problema torna-se mais agudo dada a relativa ausência de informações contextuais sobre a Academia dos Esquecidos, não se podendo inscrever o presente estudo no mesmo âmbito de historicização que Isabel Mota faz à Academia Real.

A perspectiva aqui apontada acaba por levar a alguns impasses, como o caráter retórico de muitos textos, que pouco combina com a crítica erudita, segundo a visão da autora.²⁰ O mesmo ponto de vista aparece na obra de Iris Kantor, que ao examinar as instituições acadêmicas na Bahia setecentista, acaba por não conseguir se haver com o próprio texto das academias. Como salienta em nota, “Vê-se que os acadêmicos tinham preocupação de adaptar as prescrições da retórica barroca à prosa historiográfica, embora ela *já* não constituísse exigência da erudição crítica prática nas academias européias” (KANTOR, 2004: 199), nota 28, *grifo meu*.²¹ Desse modo, os gêneros

²⁰ Como se percebe ao comentar a escrita do próprio Conde de Ericeira: “Foi D. Francisco Xavier de Menezes que elaborou o código de arte literária ao traduzir a ‘Arte Poética’ de Boileau, com o seu ideal estético neo-clássico de simplicidade, racionalidade e equilíbrio. Mas se o conteúdo é fiel à obra de Boileau, a forma de tradução do Conde é barroca. Facto que nos mostra com particular acutilância a dualidade da personalidade do Conde de Ericeira: se o pensamento se tornava cada vez mais racionalista e se orientava no sentido do iluminismo, a sensibilidade continuava barroca, particularmente a sensibilidade poética (...) Na Academia Real da História, se a linguagem simples e clara era a norma a que todos tinham de obedecer nos seus trabalhos históricos – norma que aliás foi cumprida –, nas ocasiões solenes o estilo dos académicos transformava-se numa linguagem mais empolada” (MOTA, 2003: 150). A ênfase no racionalismo acaba por hipostasiar o que a própria autora definiu como uma sociabilidade para além de uma essência ou “teoria improvavelmente unificada”, que é o Iluminismo; desse modo, cria-se uma dualidade insolúvel em que o conteúdo é moderno mas a expressão é arcaica, *barroca*. É essa compreensão dual dos textos académicos que parece estar na raiz do problema com o qual este trabalho se relaciona, pois é ela que justifica considerar as agremiações como instituições “modernas”, porém com a desvantagem de tornar praticamente impossível indagar positivamente o aspecto retórico de sua escrita e colocá-la junto à imagem que delas é construída.

²¹ O que torna paradoxal a própria excepcionalidade da Academia Real, tal como construída por Iris Kantor. Segundo a autora, a exclusividade da matéria – afinal trata apenas da história – e o caráter de agremiação erudita constituem diferenças com relação a outras agremiações européias (KANTOR, 2004: 44). Por mais que a Academia dos Esquecidos participe do mesmo contexto, porque então a Academia Real não se constituiria como excepcional a ela também, uma vez que é claro que a agremiação baiana

retóricos são hipostasiados como positividades de fontes, sem se perguntar pela relação entre forma e conteúdo ou tornando-se empírico o que pode ter outra função ou relação com a realidade.

As propostas aqui brevemente analisadas nos levaram a outros limites com relação à Academia dos Esquecidos. O problema que procurei apontar é o de engessar as relações sempre dinâmicas entre sociedade, instituição e texto que se colocam neste tipo de objeto por causa de modelos teóricos construídos a partir de contextos que lhe são muito dessemelhantes. O resultado é uma análise que empiriza categorias analíticas; é por isso que proponho uma definição funcional do acadêmico Esquecido setecentista.²²

A persona acadêmica

Para definirmos os acadêmicos, é necessário primeiro atentar para o que falavam deles mesmos. As referências ao labor, ao empenho, a suas características próprias aparecem como constituintes de um *modelo* de acadêmico. É a este modelo que a identidade acadêmica deve ser relacionada pois, como modelo compartilhado socialmente, ele é tanto interno à agremiação como exposto às relações entre agremiação e sociedade. Numa sociedade de Antigo Regime, aparência e essência não se distinguem, de modo que não se pode isolar do contínuo identitário social uma partícula essencial pessoal ou profissional. Vejamos, portanto, como os acadêmicos dirigem-se uns aos outros e

toma como modelo outro tipo de instituição, a Renascentista, dedicada à história e às letras? As academias dedicadas às Letras tinham já uma tradição constituída, ainda que recente, em Portugal, como já se viu, sendo a primeira a alcançar maior expressão a Academia dos Generosos; por outro lado, não se nega aqui que os acadêmicos baianos desconhecem a erudição crítica e os desenvolvimentos que esta alcançava na Europa, apenas ela era apreendida de outra forma, como se vê nesta passagem, na qual Jean Mabillon é tomado como autoridade e, com ele, a verdade comum é reiterada: “Instar-me-ão que os Críticos modernos duvidam de ações, e acontecimentos de maiores conseqüências. Assim o reconheço, mas não sigo; porque conforme a autoridade do Padre Mavilhon no tratado dos **Estudos Monásticos**, pág. 11, capítulo 13, o exame e crítica de boa fé, e que justamente mereçam o título de bons devem ilustrar, e não desfazer as opiniões comumente recebidas, principalmente de Autores (...)” (FIGUEIREDO, 1971: 169). Estas passagens mostram como é difícil trabalhar com a Academia dos Esquecidos a partir das valências tradicionais das concepções em jogo.

²² E, consequentemente, perguntar pelo que *fazem* os acadêmicos em seus textos. Por isso a leitura de estatutos ou escritas em torno a eles não pode se tornar um empecilho ao estudo de seus textos. Deve-se notar que, se a pergunta feita aos textos é a mesma que Quentin Skinner enfatiza, qual seja, de que mais do que perguntar pelo que significa o texto, tem-se de perguntar pelo que o autor *fez* através de seu texto, não obstante persigo um estudo intensivo do texto, e não um estudo extensivo de fontes ao redor dele. Isso tem relação tanto com suas limitações extrínsecas – tempo e espaço – quanto com a perspectiva aqui adotada. Tampouco a discordância metodológica deriva de um princípio teórico, está mais relacionado a certos desenvolvimentos da área que acabaram por elidir a recepção do texto em sua significação, tornando os acadêmicos setecentistas *precursores* da moderna prática historiográfica – este, aliás, é um dos problemas que Skinner aponta entre as “mitologias da história intelectual” (SKINNER, 2002: 74).

caracterizam-se – ou melhor, como os outros os vêem, pois no objeto agora estudado, as orações acadêmicas, o orador é quase sempre um convidado.

“Regulando-me por aquela lei da Retórica tão precisa e racional”, diz Francisco Pinheiro Barreto na quarta conferência, “que ensina aos Oradores a cortarem matéria para os seus discursos conforme a capacidade do Auditório”, ele oferece a “este lustroso Concurso de *Discretos*, esta Aula venturosa de Sábios, e esta copiosa, e florentíssima Palestra de Engenhos” (1, 2: 8) sua oração. Os acadêmicos, reunidos, são, ainda, qualificados como “sapiientíssimos e eruditíssimos” (1, 2: 199), por Rafael Machado e, por Sebastião do Vale Pontes, recebem uma dupla adjetivação: primeiro, a Academia é “*autorizada e nobilíssima*” e, depois, “*discreta, boa e importantíssima*” (1, 2: 320-321, *grifo meu*). Na esteira destas qualificações, é importante prestar atenção para a décima segunda conferência, presidida por João Álvares Soares, cujo tema é o quanto a academia que vê é superior à academia que imaginara. A palestra de Soares é importante por elencar as características do acadêmico ideal. Em sua imaginação ele vê “Mestres, ou Corifeus da erudição” (1, 3: 145) que sabem mais da história que os Xenofontes, Heródotos ou Josefos; eloqüentes, possuindo “a agudeza dos Dialéticos, com a [sabedoria] dos Filósofos, com a alteza dos Teólogos” (1, 3: 146) e, por fim, “peritos em todo gênero de metro” (*idem*). O acadêmico, portanto, é ou deve ser erudito, discreto, engenhoso, eloqüente e ainda ser capaz de compor histórias, poemas ou peças de oratória.

Por mais que estas características ressaltem da leitura de peças encomiásticas e laudatórias dos acadêmicos, são importantes para mostrar as expectativas em jogo. Não se trata de perceber o que eram os acadêmicos, e sim como se apresentavam – e os fundamentos sociais de sua apresentação, que eram também diferentes. Segundo João Adolfo Hansen, na retórica da época, o “eu” que fala e o “tu” que escuta, mais do que categorias psicológicas, eram elementos da enunciação, cujas posições já estavam prescritas (HANSEN, 2000: 32). Mais do que se perguntar, portanto, pela recepção do texto, tem-se primeiro de considerar que, na ausência de uma “opinião pública” ou de um “público leitor” como hoje, eram as obras que constituíam seus públicos ou, dito de outro modo, era o pertencer a determinado público que levava a consumir determinada obra. No caso da Academia dos Esquecidos, é importante levar isso em conta, uma vez em que pese a promessa reinol de publicação de seus textos, seu virtual desaparecimento implica no fato de seu público ser a própria e restrita comunidade acadêmica baiana.

É por isso que mobilizo aqui uma categoria como a de *persona* acadêmica, decalcada da *persona* satírica utilizada pelo mesmo João Adolfo Hansen.²³ A *persona* acadêmica era o dispositivo representacional e enunciativo que permitia a estabilização de um auditório sob um compartilhamento de decoros, intenções e motivos; mais do que individualidades, eram as *personae* que ocupavam o palácio do Vice-Rei e elas se constroem entre o *ethos* do orador e o *pathos* do auditório. Partindo-se dessa definição de acadêmico, percebe-se que mais que uma instituição, a academia era um ato, cuja existência concreta se dava quando os acadêmicos estavam reunidos – e, nessas reuniões, cada texto era uma peça comunicativa, que conformava a existência de uma comunidade específica.

O acadêmico ideal, cujo modelo foi construído aqui, tem como parâmetro outra forma de representação social, a *discrição*. Referências a ela aparecem seguidamente nas orações e podemos percebê-la como um resumo das qualidades acadêmicas. O discreto é, a princípio, todo aquele que não é *vulgar* (HANSEN, 1996: 79) e enfeixa as qualidades da

Agudeza, prudência, dissimulação, aparência e honra (...) Nas monarquias absolutistas do século XVII, principalmente nas ibéricas, a discrição é o padrão da racionalidade de corte que define o cortesão, proposto para todo o corpo político como o modelo do *uomo universale*, o homem universal, como se dizia na Itália do século XVI. Nas práticas de representação, a discrição é, por isso, uma categoria intelectual que classifica ou especifica a distinção e a superioridade de ações e palavras, aparecendo figurada no *discreto*, que é um tipo ou uma personagem do processo de interlocução (HANSEN, 1996: 83).

Na Academia dos Esquecidos, Sebastião do Vale Pontes, que preside a nona sessão, contrapõe os defeitos de Nero às virtudes do Vice-Rei, afirmando que “o sábio só permite orar discreta, sábia e prudentemente, e mal poderia esta oração ter estas boas qualidades, se de um Monarca tão mau [Nero], disséramos que foi bom” (v. 1, t. 2, 317). A discrição acompanha o bom senso. Noutro momento, Ruperto de Jesus e Sousa diz que, pelo convite à presidência da Academia é forçado a abandonar “o silêncio, no qual (...) se qualifica de discreto o ignorante” (v. 1, t. 3, 289). O mesmo tema aparece na oração de João Álvares Soares, que a finaliza com a seguinte sentença: “quem cala vence” (v. 1, t. 3, 152). Quem cala, portanto, reafirma e reintegra a comunidade dos

²³ A *persona* satírica é a apresentação do narrador que garante a própria sátira, nesse sentido, é elemento de seu *ethos*. A categoria estabiliza a comunicação e estabelece a recepção, a qual, na sátira, como argumenta Hansen, é sempre complementar à produção. Com a categoria, também, o autor escapa à apreensão biográfica das características com as quais o narrador se apresenta na sátira. Para a aplicação do conceito, ver *A Sátira e o Engenho* (2005).

discretos. Tem-se, então, a confluência entre práticas de representação sociais e textuais. As duas podem ser desdobradas ainda, de modo a serem melhor unificadas depois.

Em primeiro lugar, a prudência e o silêncio do discreto se dão sempre dentro de um quadro de obediência à ordem. Como nota Hansen, diferentemente do libertino francês, que fazia pouco do vulgo duvidando de suas credences e apoiando uma cínica política absolutista, o discreto ibérico tem no próprio catolicismo e no regalismo sua fundamentação (HANSEN, 1996: 79). De acordo com o frei Raimundo Boim, a prudência é

(...) racional ditame para o acerto de obras; e com razão, porque como o racional é supremo grau nas criaturas, e a prudência excedia as mais virtudes políticas, porisso a denominou entendimento, ou razão (v. 1, t. 2, 125).

A prudência é identificada à racionalidade, dessa forma a própria compreensão da realidade – o entendimento – é atravessada por ela.

Outro aspecto que daí decorre é que a Academia se justifica em termos de utilidade e, correlativamente, a honra de ser acadêmico é apenas a honra de servir ao soberano. A oração de fundação da Academia, proferida por João de Brito e Lima, é emblemática nesse sentido. Ele afirma, primeiro, que a vontade do Vice-Rei constitui o “preceito” pelo qual sua oração seguirá, sendo que ele somente adquire o talento necessário para melhor desempenhá-la pela vontade do soberano; em seguida, diz que é pela união das armas e das letras, áreas que conservam o Império e nas quais o Vice-Rei se destacou, que “a profissão Acadêmica vos faz credores de toda a glória” (v. 1, t. 1, p. 12).²⁴

Penso que enfatizar estes aspectos permite escapar a uma apreensão que valoriza apenas um dos lados do fenômeno acadêmico, o institucional ou o textual. A figura social do acadêmico, como se tentou mostrar aqui, era criada na relação entre orador e auditório. Pela conjunção desses aspectos, compreende-se o que diz frei Luís da Purificação, que dissertando sobre os aspectos perigosos e difíceis do estudo, contudo afirma que

(...) na Academia dos Esquecidos, em que César é o Mecenas, e Protetor, não o devo fazer assim, mas antes venho a persuadir a todos, que sigam a ciência; porque nesta preclaríssima Academia, nem pode ser arriscada, nem é trabalhosa; não é trabalhosa, porque fazendo o gosto a César, todo o trabalho se transforma em gosto, nem é arriscada, porque em César tudo é ventura (v. 1, t. 4, p. 18).

²⁴ Concordo com o aspecto, que hoje em dia parece um pouco contraditório, de que o acadêmico se legitima junto do rei, porém creio que o mecanismo de legitimação – o qual torna possível certa autonomia – como viemos tentando mostrar, é que é diferente.

O próprio trabalho de escrita acadêmica, então, é atravessado por essas concepções que esboçamos aqui, ocorrendo dentro de uma relação representacional, informada pelos caracteres do modelo de acadêmico discreto e não por individualidades acadêmicas.

Torna-se, por isso, difícil pensar na autonomia de um “campo”, seja histórico, seja acadêmico, para os Esquecidos. O compromisso acadêmico, mais do que com a verdade, é com o soberano; mais do que uma função-historiador externa, há uma *persona* que atravessa o pertencimento social e intelectual da Academia. Por isso, ao contrário de uma identidade de historiador, o que está em jogo para os Esquecidos é “Ajuntarem-se às suas muitas ocupações as suas Acadêmicas escrituras” (v.1, t. 2, 326).

CAPÍTULO 2 ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Se o “eu” que fala e o “tu” que escuta não correspondem necessariamente a categorias empíricas, sendo constituídos através do discurso, pode-se pensar que também o “ele” de que se fala é concebido previamente ao e no discurso. Segundo João Adolfo Hansen, a retórica na época era resumida na seguinte fórmula: “alguém diz algo sobre alguma coisa para alguém”, onde *alguma coisa* “existia em elencos de tópicos precodificados e armazenadas na memória do orador, que as atualizava na *inventio*” (HANSEN, 2000: 37). Da mesma maneira, como salienta J.G.A. Pocock, a linguagem – entendida como o vocabulário político – é altamente auto-referencial, de modo que a resposta a um novo problema é um comentário a si mesma. Tendo essas duas idéias em mente, pode-se dizer que diante do problema indígena, as concepções dos acadêmicos se desdobram na constituição de seu objeto. No presente capítulo, procura-se, então, ver como o indígena é construído nas dissertações acadêmicas.

Rumo a uma antropologia

Manuela Carneiro da Cunha aponta que é apenas no século XIX que a questão da humanidade dos indígenas é considerada (CUNHA, 1992: 34), todavia se o problema parece resolvido nos séculos anteriores – como o é para os Esquecidos – a necessidade de reafirmá-la mostra que ela era controversa. Para Caetano de Brito e Figueiredo, os indígenas, se vieram de Adão, têm de ser humanos (FIGUEIREDO, 1971: 158-159), enquanto Gonçalo Soares da Franca integra os indígenas à história bíblica através do problema de Noé, pois “concedido viesse nesses primeiros povoadores, como querem os que o afirmam, como passariam com eles os animais ferozes, e serpentes venenosas” (FRANCA, 1971: 253), entre outros animais americanos? Já Luís Siqueira da Gama é mais taxativo, pois afirma que o “fundamento, porque os primeiros habitantes do Brasil eram verdadeiramente homens racionais (...), assim o definiu por Bula pontifícia

a Santidade de São Paulo III, no ano de 1537” (GAMA, 1971: 34). O problema, na verdade, não é tanto o de perceber o indígena – fisicamente – como humano, pois já vimos que até os gigantes, os pigmeus, as Amazonas e os homens com os pés virados o são, mas sim o paradoxo de os indígenas, por vezes, não apresentarem as características – morais e políticas – que os definiriam como tal. Utilizando a linguagem de um dos acadêmicos, “a definição deve exprimir a natureza do seu definido” (GAMA, 1971: 34) – é este o problema epistemológico dos indígenas para os acadêmicos; para entendê-lo, precisamos recuar alguns séculos.

“A base da nova teologia de Lutero e da crise espiritual que a precipitou”, segundo Quentin Skinner, “residia em sua compreensão da natureza humana” (SKINNER, 2003: 285), de onde se depreende que o debate teológico-político que opõe reformadores e católicos revolve ele também em torno a uma idéia de homem – é a esse debate que as concepções dos Esquecidos têm de ser referidas. O ponto de partida para o reformador é a compreensão de que o homem é incapaz de apreender racionalmente as leis de Deus. Essa concepção repousa sobre outra, a de que Deus possui duas naturezas: uma, revelada pelas Escrituras e que pode ser pregada e publicada; outra, escondida – *Deus Absconditus* –, cuja vontade é onipotente mas inescrutável ao entendimento humano (SKINNER, 2003: 287-288).

As naturezas de Deus e de homem e suas conseqüências são unidas pela noção de *sola fide*, isto é, de que é apenas pela fé que o homem – desde o início pecador – pode alcançar a salvação.

Lutero assim se vê em condições de propor que o pecador deve ter por única meta alcançar a *fidúcia*: uma fé plenamente passiva na justiça de Deus e, em decorrência, na possibilidade de obter a redenção e a justificação por meio de Sua graça misericordiosa (SKINNER, 2003: 290).

A capacidade redentora de Deus não implica, contudo, uma negação do mundo terreno, pois Lutero distingue entre uma justiça passiva – referente ao reino de Deus – e uma justiça ativa ou civil, necessária à regulação da vida em comunidade. As conseqüências políticas do luteranismo partem de suas concepções acerca das duas justiças, pois se, por um lado, a Igreja é esvaziada de seu poder temporal, tornando-se *congregatio fidelium*, isto é, a comunidade de fiéis, e possibilitando a qualquer um o sacerdócio – ainda que privadamente –, por outro lado, dado que o homem é incapaz de obrar por si

mesmo uma vida reta e justa, ele entretanto pode ser guiado a tal pelo governante terreno, cujo poder – segundo Lutero – procede diretamente de Deus.²⁵

A oposição a Lutero começou a ser formulada antes mesmo do Concílio de Trento (1545-1563), quando a Contra-Reforma se institucionalizou. Ela se refere a outra tradição intelectual e foi desenvolvida, primeiro, pelos dominicanos e, depois, pelos jesuítas, alcançando grande expressão em Portugal.²⁶ O primeiro argumento contrário à pretensão luterana de abolir o poder temporal da Igreja é o de que ela é, de fato, visível, isto é, que existe fora apenas da fé dos homens e que se organiza hierarquicamente. Validada a estrutura eclesiástica, o passo seguinte é o de confirmar o papel dos sacerdotes como intermediários entre a palavra de Deus e os fiéis.

Assim, a Igreja Católica conciliar e pós-tridentina fez a defesa intransigentemente “tradicionalista” da transmissão oral das duas fontes da Revelação, a tradição e as *Escrituras*. Contra a diretiva luterana da leitura individual, determinou que apenas teólogos autorizados pelas duas fontes da Revelação poderiam ler e interpretar o *Antigo* e o *Novo Testamento* (HANSEN, 2000: 21)

No mundo católico, portanto, oralidade – entendida como tradição – e autoridade são duas faces de uma mesma moeda. É isso que se percebe na seguinte passagem de Gonçalo Soares da Franca,

Nem se julgue menos acreditada a verdade das tradições quando concorrem as circunstâncias necessárias, e conducentes para ela. De outra sorte deixaríamos de crer tudo o que não está escrito só porque não está escrito, ou seria falso tudo o que só escutamos dos acontecimentos humanos; e se nem a Igreja se pode reger sem tradições, como duvidaremos absolutamente do que ouvimos, só porque o não lemos: também nas memórias se imprimem os sucessos, donde nem todos se transferem as estampas, e muito menos poderiam passar da reminiscência ao papel casos, que sucederem entre Nações, que totalmente ignoravam os primeiros princípios de ler e escrever (FRANCA, 1971: 261).²⁷

²⁵ Para Lutero, a Igreja ser uma *congregatio* não significa que ela somente exista numa espécie de mundo das idéias, pelo contrário, “o reformador procurou opor-se a essas obscuridades, acrescentando que, se a Igreja é meramente uma *communio* (comunhão), também é uma *republica*, e nessa qualidade necessita ter uma encarnação visível” (SKINNER, 1996: 293).

²⁶ É interessante que os inimigos dessa corrente de pensamento não são poucos. Há, é claro, em primeiro lugar o ataque aos reformadores protestantes, tanto Lutero quanto Calvino, porém ela também se volta contra o humanismo erasmiano, o qual oscilou entre a defesa do catolicismo e o apoio ao luteranismo, e o ataque à doutrina da *ragione di stato*, formulada por Maquiavel.

²⁷ O ponto de vista aqui apresentado é ligeiramente diferente, portanto, do de Michel de Certeau, para quem “Presa [a escrita] na órbita da sociedade moderna, sua diferenciação adquire uma *pertinência* epistemológica e social que não tinha antes; em particular, torna-se o *instrumento* de um duplo trabalho que se refere, por um lado à relação com o homem “*selvagem*”, por outro à relação com a tradição *religiosa*. Serve para classificar os problemas que o sol nascente do ‘Novo Mundo’ e o crepúsculo da cristandade ‘medieval’ abrem à *intelligentsia*” (CERTEAU, 2006: 213). Digo ligeiramente diferente porque as características que ele vê serem adquiridas pela escrita, argumento aqui que também o foram pela oralidade, dentro do mundo católico. Não se deve esquecer que por mais que a “oralidade” fosse valorizada, quando se tratava de tradições, como veremos, a escrita era sempre considerada mais certa que aquela.

Entretanto a oposição não se dava apenas na reafirmação dos meios de transmissão do catolicismo. A revivescência da escolástica retirava do tomismo sua proposição fundamental de que “o homem tem a capacidade de usar seu raciocínio para criar os alicerces morais da vida política” (SKINNER, 2003: 426). É uma concepção positiva de homem que leva a toda uma legitimação política diferente; antes, contudo, é preciso ver como resolvem o problema da autoridade. Segundo Skinner,

O passo fundamental dado pelos tomistas, ao discutir o conceito de sociedade política, consistiu em retomar a concepção aquinate de um universo regido por uma hierarquia de leis. Em primeiro lugar colocaram a lei eterna (*lex aeterna*) pela qual age o próprio Deus. A seguir, vem a lei divina (*lex divina*), que Deus revela diretamente aos homens nas Escrituras e sobre a qual a Igreja foi fundada. Segue-se a lei da natureza (*lex naturalis*, às vezes denominada *ius naturale*), que Deus “implanta” nos homens, a fim de que sejam capazes de compreender Seus desígnios e intenções para o mundo. E por último aparece a lei humana positiva, diversamente designada por *lex humana*, *lex civilis* ou *ius positivum*, que os homens criam e promulgam para si próprios com o objetivo de governar as repúblicas que estabelecem (SKINNER, 2003: 426).

A sociedade política é visualizada a partir da interação dessas leis. A justificação se dá, primeiro, porque a lei humana é identificada à lei da natureza: para que uma lei terrena tenha real legitimidade é preciso que corresponda à justiça natural, de modo que

(...) esta última fornece uma estrutura moral dentro da qual devem operar todas as leis humanas; inversamente, o objetivo dessas leis humanas consiste apenas em fazer vigir, no mundo (*in foro externo*), uma lei superior que todo homem já conhece em sua consciência (*in foro interno*) (SKINNER, 2003: 426).²⁸

Essa característica se transfere à elocução, pois “Falar de modo justo evidencia externamente (*in foro externo*) a presença da luz divina acesa na consciência (*in foro interno*) como a *sindérese* doutrinada por Santo Tomás de Aquino, a centelha da consciência que orienta o livre-arbítrio” (HANSEN, 2000: 22). Segundo, para legitimar a lei natural como fundamento da justiça social ela é identificada à vontade Deus, ou seja, às leis divinas e eternas.

Deve-se notar que se o foro externo é expressão de foro interno e se a lei natural do primeiro é igual à lei divina, então a “consciência” – foro interno – é o lugar ocupado por Deus e, sendo assim, o que passa por ela não expressa uma individualidade, pelo contrário, dada a validade universal da lei divina, seus conteúdos são compartilhados por todos os homens – é por isso que as tópicas do discurso são codificadas e por isso que a personalidade autoral só importa marginalmente (HANSEN, 2002: 326). A lei

²⁸ É nesse sentido que o elenco de leis que permitem a Mem de Sá punir Cururupeba numa das dissertações de Luís Siqueira da Gama compõe não só a legitimidade de sua ação com relação a não ser arbitrária, como salienta Thissiane Fioreto (2005: 114), mas o enquadramento moral que o define como Justo.

natural é uma disposição para agir corretamente e ela vem aos homens pelo próprio fato de serem homens, e não por uma revelação, como para a doutrina luterana. O pensamento católico responde ao luteranismo, então, afirmando a proeminência de uma Graça Inata que age sobre todos e cuja salvaguarda é a própria existência de Deus. Logo,

A redefinição da Igreja católica como comunidade de fé, magistério e autoridade levada a cabo pelo Concílio [de Trento] prescreveu que a *communitas fidelium*, a comunidade dos fiéis, incluía necessariamente todas as populações gentias das novas terras conquistadas por espanhóis e portugueses (HANSEN, 2000: 20).

Por que operação intelectual, então, os indígenas podem ser potencialmente admitidos ao grêmio da fé católica? Tem de ser uma que lhes garanta também a entrada no consórcio da humanidade.

Segundo Gonçalo Soares da Franca, “não há Nação, que não há gente, que não publique os louvores de Deus, se não é que os Índios, não articulam vozes” (FRANCA, 1971: 265), ou seja, já que a lei humana está dentro da lei natural, que por sua vez é idêntica à vontade de Deus, então a mera existência de povos articulados é sinal de sua Verdade.²⁹ Porém há mais atributos que a religião por trás da definição de ser humano, afinal se os indígenas são condenados por não terem fé, também o são por não terem rei nem lei.

Em sua quinta dissertação, Luís Siqueira da Gama discute se foi conveniente ou não – aos portugueses, é claro – a redução dos indígenas a aldeamentos. Ele refere a notícias dadas por Marcgrave, Francisco de Brito Freire e Simão de Vasconcelos, segundo as quais os indígenas, “vivam pelos Sertões de todos nus, assim homens, como mulheres, sem domicílio certo, que vagavam como brutos dispersos, e sem casas pelos matos” (GAMA, 1971: 39), de onde que reduzi-los a povoações fixas significa privá-los de “sua mais querida liberdade que era viverem vagos pelos Sertões sem Leis, a seu gosto” (GAMA, 1971: 41). O autor refere a opinião de que a liberdade é a *faculdade natural* de cada um obrar como quiser; os indígenas, como apresentados por Luís Siqueira da Gama, viveriam numa espécie de “estado natural” anterior à política. A possibilidade de conceber esse “estado natural” já fora dada pelo pensamento católico a que se filia, pois, como mostra Quentin Skinner, “A principal tese dos tomistas a

²⁹ Aqui está em jogo também certa concepção da vida humana, semelhante à qual Fernando Bouza, referindo-se a contexto ligeiramente diferente, resume da seguinte forma: “o pertencimento à comunidade é entendido como construído sobre a essencial sociabilidade da palavra falada, signo de uma comunhão entre os homens (...), em suma, a convivência era entendida como uma forma de conversação” (BOUZA, 2004: 26-27).

respeito dessa condição original ou natural é que ela deve ser definida como um estado de liberdade, igualdade e independência” (SKINNER, 2003: 433), o que torna possível associar uma liberdade positiva à brutalidade primária dos índios. Entretanto essa liberdade natural não é arredia à convivência, não podendo ser confundida com uma espécie de individualismo. Por isso, o autor invoca Cícero, segundo o qual

(...) a liberdade era um poder de obrar, e viver cada um como e onde quisesse, aí também acrescentou, que só vivia como queria todo aquele que obrava como era justo (...). Quem só quer o que é razão esse vive somente como quer, porque vive regulado pelos ditames da justiça, e pela **synderesis** da prudência: mas isto não é privar-se da liberdade, é sim viver ajustado à razão e gozar das felicidades da virtude (GAMA, 1971: 47).

À falta de república, os indígenas vivam acossados pela natureza, “pois como viviam entre feras, eram feros, e como habitavam entre brutos, eram brutos” (GAMA, 1971: 43). Não basta, portanto, ao homem ser sociável, é preciso que ele seja também político, de modo que sem política a vida humana degenera em injustiça e incerteza.

(...) pela Lei da natureza, e instinto da razão se inclinam os homens por causa interna à sociedade política, e como causa externa e secundária o persuade a comodidade da vida a que se congreguem em comunhão (GAMA, 1971: 31).

O que é interessante na dissertação de Gama é que os portugueses assumem o papel demiúrgico de criarem comunidades políticas, cujo ato de fundação – entre os próprios portugueses – sobrevivia apenas nas memórias. A justificativa para isso se dá na identificação da ação portuguesa, como lei terrena, à lei natural, através da categoria de *necessário*. Necessário, para Gama, é tudo que é ditado por uma força maior e que força maior existe que a da Razão? Ela impera

não menos que o Senhor manda ao servo, o Rei ao vassalo, o Pai ao filho, isto suposto a boa razão ordenava que os Índios do Brasil vivessem aldeados, e juntos em povoações grandes, logo necessário era que se unissem, e congregassem, com comunhão vivendo em repúblicas como homens (GAMA, 1971: 46)

É nesse sentido que a sedição pode ser aproximada da blasfêmia. Já que os conteúdos do *foro interno* são compartilhados, a comunidade política é fundada sobre a idéia de *vontade comum*, de modo que a República é entendida como um *corpo místico* “cuja vontade unificada se aliena do poder como submissão à pessoa mística do rei” (HANSEN, 2000: 24). É importante, portanto, que os índios alienem sua autodeterminação em favor dos portugueses; entre os indígenas isso parece resultar de uma compreensão que realmente os compara a crianças, pois “pareceu útil dar-se-lhes administradores que os governassem quase com o poder e faculdade de tutores, ou

curadores seus” (GAMA, 1971: 53). E também na pena ao líder tapuia Cururupeba, acusado de blasfemo.

Não repareis Senhores, que chame blasfêmia ao crime de Cururupeba, porque ainda, que reconheço, que blasfêmia no rigoroso, e estrito significado, quer dizer a injúria escrita, verbal, ou mental, contra a honra de Deus Nosso Senhor, ou de seus Santos; contudo tomada latamente, em acepção menos rigorosa, blasfêmia vale o mesmo que vitupério, e execração ou maledicência proposta contra qualquer pessoa constituída em dignidade, ou conspícua por excelência (GAMA, 1971: 89),

pois as “arrogâncias do Índio terminavam-se diretamente ao Governador por consequência ao bem comum, e crédito da nação perdoar de todo a injúria, fora ofensa total da república” (GAMA, 1971: 90).

Percebe-se, então, que se fecha um círculo entre a justificativa do ato e a caracterização do objeto, de modo que

(...) é certo, que os tais Índios são realmente homens não se pode negar, que necessariamente haviam de ter entre si alguma política, porquanto a definição do homem não é só ser animal racional, porque é também ser sociável, civil, e político juntamente (GAMA, 1971: 34).

Se o comportamento errático dos indígenas constitui um desafio interpretativo capaz – potencialmente – de pôr em xeque a própria legitimidade do empreendimento católico-português na América, a necessidade de que definição e definido concordem significa que essa potência negativa é contrabalançada pela afirmação de uma *antropologia* que pressupõe ao objeto *homem* os próprios critérios de sua definição. Essa antropologia compartilha com a etnologia – tal como definida por Certeau (2006) – uma compreensão uma de natureza humana, porém enquanto esta última tem como pressuposto a diversidade dos costumes, a antropologia aqui esboçada obtém sua força de sua unidade e de sua generalidade. É desse modo que os membros da Academia dos Esquecidos se sentem capazes de julgar os índios.

Blasfemos, heréticos e imprudentes

Começamos com o que antecede uma de nossas últimas citações. O motivo pelo qual os indígenas precisam de administradores em seus aldeamentos é que

São os pobres Índios, por condição inata (...): preguiçosas, (sic) e homens em tudo muito para pouco; quanto têm, tudo comem no dia de hoje sem que cuidem de alguma sorte no de amanhã, futura certamente, vivem de suas lavouras, o contrato que mais freqüentes exercitam, é o da locação de obras, pois servem aos Portugueses de lhes conduzirem cargas e de os acompanharem em suas viagens; as mulheres lhes criam seus filhos, manifestando-lhes o primeiro, e suave néctar com que se nutre a natureza humana nos rudimentos da infância; correspondendo a inocência da vida à sincera, e primitiva candidez, que bebemos no branco leite com que as amas nos alimentam meninos da nossa primeira e necessária criação: mas como estes miseráveis *homens* não são capazes de ajustarem preços, sem que os enganem; nem

de administrarem os [selários], que tanto lhe custam; pareceu útil dar-se-lhes administradores que os governassem quase com o poder e faculdade de tutores, ou curadores seus (GAMA, 1971: 53, *grifo meu*).

Este é um exemplo, como foi dito, de comparação com a mentalidade das crianças; todavia é interessante comparar também com a tópica da *prudência*, tal como foi definida no capítulo anterior. Ante a perspectiva futura, os indígenas gastam tudo no presente, sendo incapazes de conservarem a república por si mesmos – a qual vimos é o principal objetivo de se tê-la.

Isso decorre da acepção limitada de política que possuem. Se os indígenas são homens e sê-lo significa ser sociável, civil e político, isso não impede que o próprio Gama recorra a um desdobramento conceitual para que os indígenas atinjam estes critérios. Gama, descrevendo o primeiro procedimento da parte contrária aos indígenas terem política, diz que

Os Índios primeiros habitadores do Brasil, não conheciam fé, não professavam religião, não adoravam a Deus, eram bárbaros, eram feros, eram insociáveis; e tanto que até parece que em sinal da sua barbaridade lhes negou o autor da natureza as letras T (sic), L, R, e acrescenta Jorge Maregrávio que também lhes faltam o S, e o Z: como se dissesse a própria natureza que os Índios do Brasil, nem tinham fé, nem tinham lei, nem tinham Rei, nem tinham Ciência, nem tinham Zelo de Deus.³⁰ Logo bem se segue que estes homens bárbaros não tinham política, não tinham civilidade (GAMA, 1971: 30).

O segundo argumento é uma repetição do primeiro, pois diz que se não tinham política, também não tinham civilidade – o que mostra a necessidade de uma comunidade de costumes à frente de uma comunhão de caracteres humanos; o terceiro argumento, por sua vez, é aquele que diz que os homens são inclinados à comodidade e que a obtêm pela política.

O importante a destacar aqui é que Gama não recorre necessariamente a uma relativização de suas categorias tal como aplicadas aos índios e sim ao alargamento do conceito de política para poder nele incluí-los. Desse modo, mesmo que ele diga que “os Índios do Brasil ainda que rudes, não eram tão brutos, que não cuidassem da melhor comodidade com que pudessem passar a vida” (GAMA, 1971: 32), que havia comunhão entre os indígenas, como se percebe por viverem nas mesmas casas – ainda que casas grandes –, por contraírem matrimônio e por subordinarem-se a um chefe durante a

³⁰ É um pouco como a concepção de linguagem renascentista, tal como analisada por Michel Foucault. A linguagem é uma das coisas do mundo, que co-habita a realidade, logo a letra – até mesmo seu caractere – revela significados (FOUCAULT, 2005). Uma diferença, não analisada por Foucault, é que tal visão pode ser integrada à retórica, justamente como meio de garantir que o signo *esteja* no mundo, ao contrário de pensar que os mecanismos de regulação da linguagem – como a retórica – conotem uma desagregação da idéia renascentista de linguagem e signo, como parece sugerir no segundo capítulo de *As Palavras e as Coisas*.

guerra, ele tem de retificar o conceito para torná-lo válido. As características da sociedade indígena são traduzidas para os caracteres do conceito de política, que é desse modo distinguido entre rigoroso e amplo.

(...) se considerarmos a política rigorosa, ou estritamente enquanto a faculdade se viu com que a pessoa ou as pessoas que presidem na Soberania do Governo, entendem na administração das coisas públicas, ou particulares, dizemos que os Índios bravos, habitadores do Brasil não tinham, nem têm política: se porém a considerarmos, mais larga, e amplamente como sociedade, e comunhão, tal ou qual da vida humana; dizemos, que os primeiros habitadores do Brasil, já no tempo do nosso descobrimento tinham e têm deste ou daquele modo, esta tal sociedade e comunhão política (GAMA, 1971: 35)

A historicização que governaria a compreensão que se tem dos indígenas não ocorre através da autonomização da própria história – não há, propriamente, estágios históricos, a não ser aqueles que identificam cada idade a um metal³¹ -, e sim através de uma expansão do conceito que posiciona os indígenas no início de seu desenvolvimento. Dessa forma, os índios têm “rudimentos” de política, assim como de religião, como veremos – é por isso que a linguagem política que descreve os indígenas acaba por se tornar a mesma que os julga.

Descrevendo as populações da totalidade da América, Caetano de Brito e Figueiredo diz que

(...) os bárbaros Iroqueses, Hurões, Algonquins, Següeneses, e outros de natureza ferina, sanguinolenta, e belicosa, não tendo outra sombra de Religião mais do que crerem a imortalidade da alma, mas com o erro, e metempsicose Pitagórica.

Da mesma forma, os habitantes do Canadá “eram menos bárbaros, tinham alguma polícia, davam culto a vários ídolos, e confessavam haver um Deus grande” (FIGUEIREDO, 1971: 151). A tipologia das crenças americanas prossegue com os “Hermafroditos” da Flórida, que adoravam o Sol e a Lua. É Gonçalo Soares da Franca, contudo, quem procede a um exame mais minucioso da religiosidade indígena. Resumido o que discutira até então, ele abre sua quinta dissertação com longo excurso sobre como os indígenas vivenciam a religião.

³¹ É Luís Siqueira da Gama quem recorre a isso. Primeiro, diz que após o dilúvio universal, os homens viveram em paz, “tudo era comum, nada era particular; ó mil vezes venturoso século? Ó idade justamente chamada de ouro? Pois assim como este entre os outros metais, resplandece príncipe da estimação dos homens, assim também a respeito das mais idades do mundo foi sem dúvida a primeira de ouro a mais preciosa”; com o reinado de Nino (sic), como o refere Fábio Pictor, iniciou-se a idade de prata; “seguiu-se a terceira idade de cobre em eu tiveram princípio os rigores de Marte, e os desvelos de Belona” (GAMA, 1971: 18), para, por fim, chegar a presente idade de ferro. A mesma compreensão é lembrada em sua oitava dissertação, na qual ele trata da guerra. É difícil saber se o acadêmico acreditava nisso ou se apenas utilizava como exemplo retórico; no caso aqui citado, a divisão progressiva do mundo que se inicia na idade de prata figura a divisão das matérias que tratará, falando das partes da política, da dissertação, do Brasil etc.

Do que no Capítulo imediato deixamos escrito facilmente se colige que os Índios do Brasil nenhuma Lei professavam, porque enquanto aos sinais que da evangélica acreditamos se conservava entre aqueles Bárbaros, são mais próprios da América Castelhana que da nossa América, nem vir pregar nem vir pregar a esta São Tomé é prova concludente de que criam os Índios na fé, que lhes pregou, quando pelo contrário sabemos de suas próprias informações que lhe não quiseram escutar o que lhes pregava. Dizer-se que tem confuso conhecimento de uma excelência superior, a quem chama Tupã, e por conseguinte que temem excessivamente os trovões, por serem efeitos dessa superior excelência é inverossímil (sic), porque concedido que se apavorem, e receiem, como receiam, o estampido dos trovões, é a sua apreensão tão sopita, que jamais passa o discurso para deduzirem que daquela estrondosa consequência é premissa infalível a primeira causa. Os vestígios, que conservam da outra vida (...) é tão temporal, ou tão ridículo, que mais propriamente podemos dizer que não crêem que há outra vida, mas que passam a viver em outra parte, pois para esta quando morrem conduzem até os instrumentos fabris, e ainda o alimento de que cá usavam quando viviam. Também o levantarem as mãos juntas para Céu quando na guerra os aprisionavam, como apelando da sentença da morte para tribunal mais supremo, não é indício bastante de que criam em Deus, ou que havia Deus, pois era aquela postura uma ação natural para mover a compaixão, e piedade, assim como trazer o homem a cabeça levantada, e erguer os olhos ao Céu, é mais invento da natureza, que doutrina da arte, como bem cantou o poeta Sulmonense; finalmente a credulidade dos espíritos malignos, a que davam vários nomes, segundo os diversos efeitos que lhes atribuíam, sendo comumente sugestões do demônio, que os traziam enganados, podiam também ser aparições suas para que mais o acreditassem, e ou fossem umas, ou fossem outras, tão longe estavam ambas de os conduzir para a profissão da nossa fé, que antes é sem dúvida os apartavam mais dela; pois sem claro conhecimento de Deus, e ao menos fé implícita dos mistérios da Lei evangélica, é certo que não pode haver verdadeira religião católica (FRANCA, 1971: 271-272).

Mesmo que os indígenas tenham todos os sinais exteriores da religião, falta-lhes o nexo entre sinal e sentido. Isso provém de uma falha de entendimento, que Franca, um pouco diferente de Gama, atribui à ausência entre os indígenas da razão natural.³² O que Franca afirma ser a ausência de razão natural é a relação que toda inteligência tem com a Causa Primeira; os indígenas, portanto, estão condenados a viverem apenas nas aparências. Já vimos, entretanto, que depende da própria consideração falha dos caracteres da humanidade dos indígenas pelos acadêmicos a condição para que eles possam ser considerados humanos e, afinal, integrados à história portuguesa.

Isso se estende também a suas tradições, que ante a verdade da Escritura são invariavelmente invalidadas. Da mesma forma que com a política, os indígenas têm os resquícios primeiros da religião, pois

O certo é, que entre os crepúsculos, e sombras destas confusas, incertas, e duvidosas notícias reluzia de alguma sorte nestes bárbaros a luz da verdade: reluzia ter havido um grande Dilúvio, reluzia terem dele escapado poucos homens, e reluzia propagar-se destes todo o gênero humano. O que sem dúvida assim foi, e assim sucedeu. Nas cores obscuras, nos acidentes mentidos, com que se deformavam esta verdade, não foram os pobres Índios os que somente pecaram. As mesmas Nações altivas, e soberbas, às quais obedeceu o Mundo, e lhe deram Leis, tropeçaram com maior culpa nesta cega ignorância. Porque como doutamente testemunham os Autores

³² A existência do vocabulário com o qual a questão é construída, portanto, não significa concordância entre as opiniões que através dele são expressas – a linguagem política, portanto, é um campo de debates (SKINNER, 2002; POCOCK, 2003). Dessa forma, os termos utilizados por Franca são os mesmos de Gama, porém com valoração diversa.

Eclesiásticos, e Mitológicos, perverteram estas tais muitas verdades da Sagrada História com o engenhoso artifício de delirantes fábulas (FIGUEIREDO, 1971: 158)

A história sagrada – a da Bíblia – funciona como parâmetro para medição das tradições indígenas, de modo que ela constitui um ideal que os indígenas não alcançaram ou do qual se desviaram. Torna-se difícil crer, portanto, que “embora estivesse ciente da necessidade de comprovação documental dos acontecimentos e tradições orais, Soares da Franca questiona o estatuto da ‘fonte escrita’”, de modo que “a reflexão do acadêmico (...) tocava no desafio central da historiografia luso-americana: como incorporar as tradições orais raramente fixadas em manuscritos antigos?” (KANTOR, 2004: 211). A análise de Iris Kantor se baseia numa das passagens mais traiçoeiras das dissertações aqui estudadas, pois Franca, dizendo que irá disputar a questão da origem dos indígenas, afirma para que

Ouçamos porém, antes que aos autores, aos mesmos Índios, que como parte tão interessada nesta mesma antiguidade, ainda que em causa própria é certo que cada um sabe mais de si que os outros dele (FRANCA, 1971: 249).

Porém o mesmo acadêmico que, segundo a autora, com “agudeza antropológica e alguma ironia” (KANTOR, 2004: 211) listara tradições orais indígenas, concluíra que

tudo isto são patranhas, porque contra todas estas fábulas está a verdade infalível do texto sagrado, que nos ensina que do dilúvio só escapou Noé com oito pessoas da sua família, porisso opinam os Autores alegados que o dilúvio, de que falam os referidos Índios, não foi universal, mas alguma particular como o de Deucalião, ou outro semelhante,

desqualificando, por fim, a própria “oralidade” indígena frente à escrita, pois “desculpando-os contudo de fabulizarem tanto, porque nem tem tomos, nem conservam arquivos em que depositem memórias, e as verdades duram menos nas tradições, que nas estampas” (FRANCA, p. 250).

As tradições indígenas só funcionam como “fontes” quando correspondem às próprias crenças portuguesas. Elas são validadas por Gonçalo Soares da Franca no que dizem respeito à vinda de São Tomé à América, onde concorrem os indícios das pegadas do Santo, que acabam por indicar uma caracterização – negativa – dos próprios índios.

(...) na Lage da praia da Vila de São Vicente se vêem tão distintamente retratadas, que mais parecem naturais que imitadas, contam os Índios que foi Autor o mesmo Santo, e porisso, como coisa Sagrada, são veneradas não só dos Nacionais, mas dos Portugueses, que ali habitam, e que por ali passam: acompanham estas evidências, ou Sinais as mutilações (se assim se podem chamar) do penedo do Itajuru na Cidade do Cabo Frio, as quais constantemente quer a tradição dos índios daquela parte fossem efeitos do impulso do báculo de São Tomé, porque como muitas vezes os olhos percebem mais que os ouvidos, numa ocasião (contem eles) em

que resistia a impenetrabilidade de seus corações as persuasões do Santo, parece que ferindo a pedra com o bordão lhes quis mostrar que eram mais duros que as mesmas pedras, pois se rendiam estas aos golpes daquele, a cujas vozes não obedeciam os homens (FRANCA, 1971: 258).

A constituição do indígena como objeto do discurso acadêmico correspondia não tanto ao encontro de uma positividade, onde uma etnografia ou uma pesquisa crítica tivessem lugar, quanto a preencher sua silhueta com o desenho de feições que já se possuía. Dado que definição e definido devem convergir, o próprio definido já é pré-figurado pela definição. Como consequência, o indígena vem ocupar um lugar pré-determinado, como entrecruzamento de discursos político-teológicos já existentes, quando não é lugar no qual estes discursos não podem se situar. A linguagem política portuguesa e católica constrói o espaço de sua habitação, numa operação paradoxal em que sua valorização como humano é feita ao mesmo tempo de sua desvalorização como errado: os indígenas têm política, mas apenas no sentido estrito; têm religião, mas sem fundamento ou transcendência; tem lei, mas apenas no sentido de comodidade, faltando-lhes em tudo a civilidade; ou seja, os indígenas são, enfim, “brutescos rascunhos da humana natureza” (FIGUEIREDO, 1971: 154).

CAPÍTULO 3 RETÓRICA E CRÍTICA

Já vimos que a Academia dos Esquecidos é informada por concepções que a precedem, como o modelo da *discrição*. Já vimos que este modelo, que é também o modelo de acadêmico, constitui sua “prática”, isto é, é a partir de seus caracteres que os temas tratados pelos acadêmicos são abordados. Pode-se pensar, então, se no presente capítulo o assunto é o texto acadêmico, se ele também é constituído por algo que o precede. Frente a essa possibilidade, parto de duas considerações. Primeiro, o texto dissertativo – concluindo um movimento metodológico feito por todo o estudo – é ponto de inflexão do *lugar* e da *prática* acadêmicas, não se podendo distinguir, na verdade, uma e outra etapa de sua produção de saber. Segundo, se, como veremos, o objetivo da dissertação é o de fornecer, a partir de opiniões contrárias, uma sentença correta e válida sobre determinado assunto, ela é uma espécie de procedimento crítico. Dessa forma, procuro, com o presente capítulo, mostrar que *crítica* e *retórica* não são mundos separados, embora não estejam unidos das maneiras discutidas na introdução deste trabalho. Um segundo objetivo é também o de resumir o movimento de sempre encontrar fora da própria Academia o que a define, o que faço afirmando que a preceptiva acadêmica é uma *preceptiva ausente*.

Tentarei alcançar este objetivo através da indagação de *o que é a dissertação histórica* da Academia dos Esquecidos? Para isso, num primeiro momento, mostrarei a influência da *discrição* sobre parte dos procedimentos de discussão acadêmicos. Em seguida, desmembrarei os dois termos do binômio *dissertações históricas*. Como veremos, a dissertação histórica constitui-se por dois caracteres distintos, a narração e a disputa. Indagando o que é especificamente histórico nas dissertações atentaremos para o que define a narração histórica setecentista; prestando atenção na discussão, chegaremos à crítica, que é – e este é o argumento aqui apresentado – o que é especificamente dissertativo na dissertação.

O binômio será mantido separado até à próxima seção, quando será unificado sob o signo da elocução e da metáfora. Este terceiro capítulo, portanto, é capítulo final, mas não conclusivo.

Discussão e discrição

Segundo Luís Siqueira da Gama, “dissertação se diz toda aquela disputa que se controverte com palavras a fim de se exprimir clara e especialmente a sentença melhor,

em qualquer questão”³³ (GAMA, 1971: 13). A dissertação, portanto, é uma espécie de procedimento crítico no qual opiniões diversas são confrontadas. O resultado esperado é que das diferentes posições sobre um mesmo assunto, um consenso em torno de sua expressão mais adequada seja alcançado. Este mesmo aspecto estava presente na relação da Academia Real de História Portuguesa com o gênero das *memórias*, “Isto é, a História, posterior às Memórias, será uma narrativa lisa e plana, livre de problematizações” (MOTA, 2003: 42). Os acadêmicos Esquecidos tinham consciência da diferença entre história e dissertação, como relata Gonçalo Soares da Franca,

(...) tinha já a minha pena, senão voado (que as asas dos pobres não voam (...)) discorrido largo espaço pelo campo do papel, senão quando na conferência passada me instruí em que mais havemos de descrever umas *dissertações históricas*, que uma história já disputada (porque dos propriamente historiadores é só obrigação narrar, e apenas refletir, sem a pensão de questionar) (FRANCA, p. 224).

É importante acentuar, contudo, que se as dissertações – e também as memórias – são estágios anteriores a uma escrita da história, o fato de configurarem um gênero próprio as coloca como uma forma de escrita completa. Ao contrário de uma etapa de pesquisa da *operação historiográfica*, na qual a escrita é a escrita das fontes e não a do historiador que está presente, a *escrita* dissertativa poderia resumir em si mesma procedimentos e objetivos próprios, conformando um gênero por si mesma. Desse modo, sua utilização como preâmbulo metodológico à história é, na verdade, externa ao gênero e circunstancial. Isso é significativo no caso da Academia dos Esquecidos pois, concomitante às dissertações, Sebastião da Rocha Pita finalizava sua *História da América Portuguesa*. Torna-se difícil, portanto, transpor categorias da produção do conhecimento histórico contemporâneo aos procedimentos intelectuais setecentistas.

É também difícil atribuir ao modelo da discrição, que vimos no capítulo anterior, um caráter restrito a uma determinada categoria profissional, como se fosse privilégio do historiador ou do poeta, uma vez que ele atravessava a Academia em sua posição

³³ É interessante que o autor atribui uma origem sacra à dissertação, pois diz que a primeira que aconteceu foi a entre Eva e a serpente, no Éden, diz ele: “Deduz a sua origem esta voz [isto é, palavra] dissertação não menos que das primeiras mantilhas do universo, porque depois de criar Deus Nosso Senhor esta grande máquina, e formosura do mundo (...) logo criou o homem à sua imagem, e deu-lhe a Eva para sua consorte e nossa primeira mãe: como porém, astuciosa a serpente fatal inimiga do gênero humano, maquinasse transtornar-lhe tanto bem, e de um só golpe privá-lo da vida, na cabeça do primeiro Pai; com ânimo dobrado entrou a controverter com Eva esta infausta e especial dissertação: perguntou-lhe porque motivo ordenara a Adão o Senhor que não comessem de todas as árvores do Paraíso. **Cur praecepit uobis Deus?** Respondeu Eva. **Cui respondit mulier:** instou a Serpente, **Dixit autem Serpens.** Deliberou-se Eva finalmente a morrer, e comeu da árvore da Ciência (...) Foi isto uma disputa com palavras, foi isto um argumento com razões? É certo que sim: e pois que assim é certo, também o é, que tanto dos princípios do mundo principiou ter origem a dissertação” (GAMA, 1971: 13).

social e, ao mesmo tempo, adentrava sua produção de saber. Parece haver uma espécie de “ética dissertativa” caracterizada pela prudência, obediência, contemporização e utilidade, de modo que o próprio Luís Siqueira da Gama ressalta que, na dissertação,

(...) devem porém os argumentos serem moderados porquanto se a dissertação foi nímia imoderadamente ou por capricho, ou por vaidade, ou por espírito de contradição, tão longe está de ser semelhante controvérsia afeto louvável, exercício virtuoso ou empenho científico, que necessariamente há de produzir efeitos contrários, e a dissertação que se devia alterar [alterar?] a fim de se conhecer a verdade e concluir a sentença melhor, se controverter nimiamente imoderada, é preciso que se há de perturbar o certo, escurecer o claro, e confundir-se totalmente a melhor opinião (GAMA, 1971: 24).

E tal conduta é adotada como critério para a crítica de Caetano de Brito e Figueiredo ante as opiniões contrárias que cercam as tradições indígenas,

Condenam alguns Escritores estas confusas tradições dos Índios, outros as defendem; sentimentos encontrados, e comumente sucedidos nos diversos gênios, e pareceres dos homens, que não só no duvidoso, mas ainda no evidente já alucinados da filáucia, e nímia estimação de si mesmo, já de paixões heterogêneas, e estranhas descolorem a verdade, douram a mentira, desprezam ao sólido, estimam o aparente, e presumindo que o seu parecer é sempre o melhor, querem acreditar por justiça, o que quando muito, também por cega, só pode ser fortuna, e sempre irremediável queixa, por pender o prêmio, e aplauso de cada um dos afetos alheios, e não do trabalho, e merecimento próprio (FIGUEIREDO, 1971: 158).

A dissertação, portanto, precisa seguir um modelo que lhe é externo – o da *discrição* – para a consecução de sua vocação, que é crítica, sob pena de se ver desacreditada por desobedecer aos procedimentos que lhe garantem sua utilidade. No presente capítulo, busco definir as injunções de escrita às quais a dissertação se sujeita – injunções estas que passam da questão do gênero retórico que a dissertação constitui e alcançam a epistemologia a partir da qual elas foram escritas.

A prosa histórica

Mesmo que seja um gênero próprio, à dissertação não é dado um objeto específico. Já que a dissertação é disputa que se controverte com palavras, como afirma Siqueira da Gama, “se infere, que segundo for, a hipótese,³⁴ ou a matéria sujeita da disputa tal será a dissertação que se controverta” (GAMA, 1971: 23), ao que o autor lista uma longa série de qualificativos, desde a dissertação teológica até a mecânica (que se ocupa de assuntos fabris), passando, é claro, pela histórica, pela retórica e pela política (GAMA: 23-24). Gênero próprio, a dissertação também é gênero misto por excelência, já que deve a

³⁴ Hipótese, neste caso, significa desdobramento da tese, ou seja, uma proposição particular, em contraposição à tese, que é proposição geral. O próprio autor trabalha com esse aspecto logo antes, no início do mesmo parágrafo: “[dissertação] se definia em comum [isto é, geral]; disputa que se controverte com palavras (...)”. Devo à dissertação de Thissiane Fioreto o sentido retórico dos dois termos (FIORETO, 2005: 46)

outra matéria seu assunto. Como resultado, ela é dependente de uma combinação de estilos, como evoca Gonçalo Soares da Franca,

(...) o estilo variará ao compasso dos assuntos; o narratório para referir, o oratório para falar, o altíloquo para descrever. O primeiro será chão, e cheio, com palavras mais significativas, que pomposas, porque sempre tive por inúteis as que superabundam a expressão do conceito; o segundo mais ativo, ou com expressões mais vivas, como para persuadir; o último mais levantado, ou com visos de poético (dentro porém de sua esfera) como quem pinta, porque se a pintura é como a poesia = **ut pictura poesis erit** = pelo que retrata, porque não será a perspectiva histórica como a poética, pelo que expressa? (FRANCA, 1971: 229)

A mistura de estilos que a alma impõe questionar até que ponto a dissertação histórica se define, no fim, pela história ou não. . Como que se contrapondo à primeira citação de Franca, Caetano de Brito e Figueiredo afirma que “porque suposto escrevemos Dissertações estas se animam com o caráter da História, donde só com o expressivo da narração, e não com o rigor da disputa deve declarar-se o duvidoso, e concluir-se o verdadeiro, ou o verossímil” (FIGUEIREDO, 1971: 159). Narrar, e não disputar, segundo Figueiredo, é como se provaria em história – essa posição permite perceber as características específicas da narração histórica. Exploremos primeiro a hipótese aberta pelo autor.

Segundo Saavedra Fajardo, “o ofício de historiador não é o de ensinar referindo, mas o de referir ensinando” (FAJARDO *apud* HANSEN, 1996: 100). Daí que a história seja uma coleção de exemplos que adquirem sua força por referirem ações elogiosas que devem ser repetidas ou viciosas que não merecem repetição. Isso gera duas conseqüências complementares. Primeiro, uma essencial falta de unidade ao discurso histórico, o qual, como sucessão de acontecimentos, segue o preceito aristotélico de tratar apenas do particular.³⁵ Segundo, uma narração *in ordo naturalis*, isto é, “cronológica”, sob o pretexto de que as narrativas históricas

³⁵ Deve-se lembrar que isso, contudo, apenas no plano da narrativa, uma vez que a polaridade aristotélica entre poesia e história está invertida, como se percebe na seguinte passagem, em que Gama conceitua história: “É a história uma voz grega, que significa na razão das coisas passadas; e daqui vejo chamar-lhe M. Túlio [Cícero] a melhor testemunha dos tempos, relatora dos séculos, Luz da verdade, vida memória, e mestra da vida. Traz a história sua etimologia da palavra grega **Isimi**, que quer dizer eu sei, define-se verdadeira narração das coisas passadas, decorosamente referidas, segundo a série dos tempos em que sucederam: a partícula narração é gênero, transcendental para a oratória, e para a poesia; porque ambas estas científicas artes, se valem também da narração: a oratória para persuadir o útil, e honesto, o provável a Poesia para cantar o deleitável, e o verossímil, as mais particular são diferença; porquanto a História escreve as coisas que sucederam realmente, como se obraram, segundo a série, e ordem dos tempos em que aconteceram: a oratória sim refere as coisas como aconteceram, mas não as relata tão estreita, e rigorosamente: porque pode antepor, ou pospor os sucessos, conforme o melhor arbítrio do orador: a poesia expõe seus argumentos não como foram verdadeiramente sucedidos, mas sim como deviam ser obrados, e para este fim tem o Poeta jurisdição de inventar, fingir, diminuir, ou acrescentar tudo quanto melhor lhe parecer” (GAMA, 1971: 12, *grifo meu*). Percebe-se que é a liberdade de ordenar o tempo que define os gêneros e que essa liberdade não se prende a uma maior substância filosófica do que é passível

(...) têm de expor, não uma ação única mas um tempo único com todos os eventos que sucederam nesses períodos a uma ou várias personagens, eventos cada um dos quais está para os outros em relação meramente casual (SINKEVISQUE, 2000b: 116).

A história é um aglomerado de ações, não uma ordenação do tempo.³⁶ Nas dissertações as longas listas de exemplos também aparecem, como na seqüência da última citação de Brito e Figueiredo, em que passa a referir “mil e cinquenta Historiadores Sagrados, profanos, Eclesiásticos, e seculares (...) além de outros que escreveram posteriormente” (FIGUEIREDO, 1971: 159). Seria ocioso destacar todos os momentos em que estas listas de exemplos aparecem, porém se deve notar que, nas dissertações, para além do aspecto narrativo e estilístico, as séries de exemplos também concorrem à construção do *ethos* do acadêmico e à argumentação do mesmo, constituindo uma parte do procedimento crítico dissertativo, proveniente da dialética, como o diz Gonçalo Soares da Franca,

(...) como não há matéria sem forma, terá esta forma a minha história. Nas matérias controversas primeiro proporei as opiniões contrárias, ou as razões opostas, e depois estabelecerei as próprias conclusões (FRANCA, 1971: 229).

Uma terceira característica também importante é que o narrador apresenta-se sempre em primeira pessoa, sob a condição de que não tenha sido ele quem tenha realizado as ações que narra. Este aspecto do narrador garante a distância necessária ao julgamento que estabelece o caráter das ações referidas. No exórdio a suas dissertações, Franca afirma o distanciamento que, a nossos olhos paradoxalmente, permite-lhe estabelecer o valor ou juízo de cada personagem de que fala.

Nem acredito (...) de justificar a verdade, ou indiferença com que escrevo, porque como hei de escrever de pedras, e de homens mortos, que são tão insensíveis como as mesmas pedras, seguro estou de propender para alguns dos afetos amor e ódio, de que, na opinião de Tácito, se não livrou ainda o Autor menos apaixonado (FRANCA, 1971: 229).³⁷

de acontecer enquanto geral, em oposição ao particular; pelo contrário, é por tratar do *verossímil* e não do *verdadeiro*, do que poderia ocorrer e não do que ocorreu, que o poeta tem liberdade de inventar e inverter os tempos das ações.

³⁶ O que é contrário a uma história-processo e à identidade *Historie/Geschichte* de que Reinhart Koselleck fala (2006). Há, contudo, alguns efeitos interessantes da não-confluência das duas concepções, como a de que a escritura por vezes não comporta a história: descrevendo a América, Gonçalo Soares da Franca encerra sua primeira dissertação dizendo “tendo descoberto não menos que um novo, mundo fora de toda esperança, e ainda de toda a imaginação, mas como esta escritura é também já fora do meu papel (...)” (FRANCA, 1971: 239).

³⁷ “Conforme o capítulo III da *Poética*, a poesia pode ser classificada, segundo o modo de imitação efetuado pelo poeta, em três espécies. Quando o poeta nunca fala por si, fazendo falar diretamente os personagens dos poemas, como na tragédia e na comédia, o poema é dito ‘dramático’ (*dramatikón* ou *mimetikón*) – ou, segundo a terminologia latina, ‘ativo’ (*actiuum* ou *imitatium*). Quando os poemas ‘inventam falando eles sempre’, o poema é dito ‘narrativo’ (*diegematikón* ou *apaggeltikón*; *enarratium* ou *exegematikón*); é o caso dos ditirambos e, de modo geral, de toda poesia lírica; o historiador também é

Todavia já que a dissertação é um procedimento crítico, pode-se objetar que nelas se *disputam* e não se *narram* histórias, ao contrário do que pretende Caetano de Brito e Figueiredo. Se ao testarmos a hipótese de Figueiredo chegamos ao que define a narração história, percebe-se que esta, entretanto, não nos aproximou do debate entre autores, opiniões etc., isto é, da *disputa*, que segundo os próprios acadêmicos é o que caracteriza a dissertação. Por isso, é importante prestar atenção no primeiro termo do binômio que constitui as *dissertações históricas*.

Uma crítica retórica

Nesta seção, compararei três dissertações acadêmicas de modo a estabelecer os caracteres comuns à forma dissertativa. Os textos são, primeiro, a dissertação sétima de Luís Siqueira da Gama, na qual trata da pena de prisão imposta ao chefe indígena Cururupeba por Mem de Sá; depois, a segunda dissertação de Caetano de Brito e Figueiredo, em que este discute a origem dos indígenas; e, por fim, a quarta dissertação de Gonçalo Soares da Franca, na qual aborda a passagem de São Tomé pela América, tal como referenciado, diz ele, por inúmeras tradições indígenas. Todas as dissertações tratam dos indígenas e oferecem a chance de cruzar seus temas, delimitando um espaço de debate em torno a questões limitadas.

O que se procura é estabelecer as estratégias argumentativas utilizadas pelos acadêmicos para realizarem a crítica que a dissertação pede. A hipótese que nos guia é que ao contrário apenas de uma preceptiva que informa de fora o gênero, como se ele fosse a aplicação de regras de escrita, a dissertação se caracteriza por uma disposição maior em relação a essa crítica, sendo, na verdade, definida por ela³⁸ – todavia a dialética, que engloba a crítica, não constitui gênero tampouco é neutra, de onde vem o

um ‘narrador’, embora sem imitação, por apresentar os acontecimentos em primeira pessoa (...)” (MUHANA, 1997: 65).

³⁸ O argumento aqui apresentado é de que, por mais que modelos anteriores possam ser utilizados pelos acadêmicos para escreverem suas dissertações, estas não são redutíveis a estes modelos, já que, primeiro, há sempre a possibilidade de um desvio com relação ao modelo e, segundo, a crítica, que buscaremos compreender como característica à dissertação, não pode ser compreendida fora de sua própria feitura, ou seja, não há um manual de como fazê-la. Isso parece estar de acordo com parte da própria teorização sobre os estudos de gênero retórico, pois, os gêneros são “determinações convencionais e históricas constitutivas dos sentidos verossímeis de cada um desses textos” (PÉCORA, 2001: 11). É sobre esta possibilidade de desvio que se funda a proposta aqui apresentada.

O próprio Luís Siqueira da Gama diz que “Vários foram os Autores que escreveram seus livros e tratados, com o título de dissertações” (GAMA, 1971: 24), porém não apresenta um livro que estabeleça as regras para escrevê-las.

recurso a outras modalidades de discurso, como a história, que aqui foi enfocada, ou a concepções político-teológicas, como visto no último capítulo.

Creemos que essa “preceptiva ausente” da dissertação tem sido causa de certo embaraço para os estudos de gênero retórico. Voltando à questão debatida na seção anterior, Eduardo Sinkevisque recria as condições retórico-discursivas para a *prosa histórica* através da análise do *Tratado Político*, de Rocha Pita. Todavia como justificar essa operação, se não por uma transgressão da mesma teoria dos gêneros de escrita que a embasa? Como definir a *história* através de um *tratado*? Não basta assumir que a história existia em vários gêneros diferentes.³⁹ De qualquer forma, o julgamento que decorre da primeira pessoa da narrativa histórica a coloca, segundo o autor, junto ao gênero epidíctico.⁴⁰ Todavia se a dissertação é *histórica*, ao tratar de temas passados, ela deve pertencer ao gênero judiciário. Esse é o ponto de partida de Thissiane Fioreto, cuja análise da dissertação de Siqueira da Gama servirá de guia aqui. Para ela, a dissertação, ao se converter da definição do caráter de uma ação para o encômio do antigo governador-geral do Brasil, Mem de Sá, passa do judiciário ao epidíctico.

O problema é duplo: por um lado, está o caráter taxonômico dos estudos dos gêneros retóricos; por outro lado, o problema de tomar como modelo um texto e utilizá-lo para julgar os demais. Ao assumir as dissertações de Siqueira da Gama como modelo de dissertação, Fioreto acaba por condenar as demais dissertações a um juízo negativo. A mesma questão aparece na tese de seu orientador, Carlos Eduardo Mendes de Moraes, na qual o autor apresenta a hipótese de que a dissertação de história militar de Inácio Barbosa Machado é incompleta e de que as dissertações de Caetano de Brito e Figueiredo não atendem aos requisitos da forma dissertativa. Neste ponto, os estudos sobre os gêneros retóricos dobram-se sobre si mesmos e passam a apresentar o modelo

³⁹ O gênero *história* não era o único a tratar da história, como estamos vendo. Além das dissertações, também os anais, as vidas e as crônicas dela tratavam. Gama, ao tratar das divisões da história, também distingue história rigorosa e menos rigorosa, “a rigorosa é a verdadeira história, a menos rigorosa é a fingida ou intelectual” (GAMA, 1971: 21). Dentro da fingida entram as *Metamorfoses* de Ovídio, enquanto na última, a *História do Futuro*, de Vieira. Não saberia dizer se o que define uma *história fingida* contra uma poesia – se é que se define – é o tratar de temas mitológicos. De qualquer forma, parece estranho não investigar os condicionantes de cada gênero específico sobre a história.

⁴⁰ Apenas para retomar, os gêneros da retórica aristotélica são três: o judiciário, cujo auditório é o tribunal e busca a acusação ou defesa; o deliberativo, proferido diante de uma assembleia e que visa o aconselhamento com relação a uma ação futura; e o epidíctico, feito ante espectadores e que constrói a censura ou o elogio (*Retórica*: 1358b-1359a). Numa questão como a que está sendo discutida no momento, os gêneros da retórica de Aristóteles funcionam como meta-gêneros aos quais outros, derivados dela, como a própria história, são relacionados.

A história pertence ao epidíctico porque trata do que é conhecido por todos e porque é pronunciada diante de espectadores, o que refletiria uma característica da historiografia antiga. Uma questão correlata é a de se mesmo o gênero epidíctico é persuasivo ou não (PERELMAN; TYTECA, 2005).

constituído analiticamente como condição de legibilidade das mesmas fontes que estudam. Dessa forma, toda leitura *da* retórica torna-se uma *leitura retórica*.⁴¹

Por isso, o procedimento que se tenta aqui assume o caráter de explorar o limite possível da teorização sobre os gêneros retóricos em circulação no Brasil colonial antes dele assumir aspecto classificativo. Dessa forma, a disposição à crítica, que citamos anteriormente, tem de ser percebida não na utilização de regras de escrita definidas previamente, e sim no funcionamento interno dos argumentos dentro da elocução dos mesmos – onde ressalta seu caráter retórico – e na economia interna das dissertações. Temos de lembrar, contudo, que

(...) o sentido e o alcance de um argumento isolado não podem, senão raramente, ser compreendidos sem ambigüidade; a análise de um elo da argumentação, fora do contexto e independentemente da situação em que ele se insere, apresenta inegáveis perigos. Estes não se devem unicamente ao caráter equívoco da linguagem, mas também ao fato de os móveis de uma argumentação não serem quase nunca completamente explicitados (PERELMAM; ALBRECHTS-TYTECA, 2005: 211).

O capítulo anterior constituiu etapa, então, a partir da qual estas ambigüidades podem ser diminuídas, uma vez que foram definidos certos aspectos do *acordo prévio* às dissertações.⁴² O objetivo agora é perceber como os argumentos se constroem dentro e a partir desse acordo.

a) Luís Siqueira da Gama começa sua dissertação invocando exemplos antigos. O recurso serve para enquadrar a questão que será disputada, ao mesmo tempo em que lhe fornece os subsídios para desenvolvê-la na direção requerida. É como se, através do exemplo, a questão já estivesse resolvida; dessa forma, há uma fusão do exemplo com o

⁴¹ Creio que é isso que leva à provocadora declaração de Luiz Costa Lima após comunicação de João Adolfo Hansen: com o interesse de definir o barroco em termos próprios, “não se estará obrigado a subordinar-se a indagação do barroco a uma abordagem historicista? Isto é, a fechá-lo inexoravelmente em seu próprio tempo, fazendo nosso o trabalho do arqueólogo que procura reconstituir sua face inexoravelmente arruinada, a priori sabendo que se trata de um corpo abolido, capaz de interessar apenas enquanto perempto? (LIMA, 1992, p. 363).

⁴² O *acordo prévio* é o conjunto de concepções compartilhado por orador e auditório. É com base nessas concepções que um mínimo de comunicação entre ambos pode ocorrer – se a comunicação continuará, isto é, se o orador conseguirá ser persuasivo ou não, independe das premissas da argumentação, uma vez que ele pode ser persuasivo por escapar a elas ou por reforçá-las. Olivier Reboul lida com uma dificuldade metodológica do acordo prévio: “Pode-se objetar que é difícil interpretar um discurso quando se ignora o acordo prévio que ele pressupõe. Mas esse acordo é revelado pelo próprio texto: pelo não-dito, pela ausência das provas que seriam de esperar, por suas fórmulas estereotipadas, alusões, expressões como: ‘é certo que’, ‘todos sabem’, ‘deve-se admitir’, etc. Também neste caso o texto explica o texto” (REBOUL, 1998: 143).

entimema, pois o exemplo fornece uma premissa que funciona como parâmetro para a dissertação.⁴³ Diz o acadêmico que

Errou Demócrito no conhecimento da verdade com o gentio: alucinou-se porém com a experiência dos mortais; olhou para os efeitos, e não percebeu a superioridade da primeira causa, refletiu nos meios, mas ignorou o princípio.⁴⁴ Lembrou-se do que disse Aristóteles, que o prêmio e o castigo são os meios mais eficazes, que constituem bons cidadãos, e como cego para as Luzes do Céu, não via a Majestade Suma do verdadeiro Deus idólatra com os Assírios, adorava Demócrito a pena, e o benefício por divindades (GAMA, 1971: 88)

O autor faz algo semelhante em sua terceira dissertação, na qual o mito de Cadmo prefigura os temas que serão tratados através das analogias entre os homens nascidos dos dentes do dragão e os selvagens indígenas, da guerra entre estes mesmos homens e as guerras entre os americanos, da intervenção da deusa como a ação portuguesa e, por fim, do convívio pacífico como a civilidade católico-portuguesa (GAMA, 1971: 39).

Ele prossegue na narração, apresentando o caso a ser debatido: a pena de prisão a que Mem de Sá condenou o líder tapuia Cururupeba. A argumentação se desenrola não no estabelecimento de data ou local em que o evento tomou lugar – afinal, não se coloca em dúvida se ele aconteceu ou não –, e sim na determinação do caráter da ação do governador-geral, ou seja, se o castigo fora válido e, se válido, se foi ou não adequado. Segundo Thissiane Fioreto,

O Tapuia é descrito com adjetivos que lhe conferem bravura, coragem e vigor (soberbo, assas, jactancioso, petulante, bárbaro, orgulhoso, etc). Isso enobrece ao Governador que, reconhecendo o valor de seu adversário, entende que derrotá-lo não significava sobrepujar alguém indefeso; ao contrário, denotava a força dos portugueses (FIORETO, 2005: 91).

Para discutir se a punição serve como exemplo, ele relata opiniões que vão de São Cipriano a Cícero, de Quintiliano ao Rei Dom Afonso de Castela. As autoridades e os exemplos que as cercam são trazidos como confirmação necessária do problema; esta é uma visão em que a autoridade, seja a moderna ou antiga, assume caráter exemplar. A resposta a que chega é que Cururupeba foi punido legitimamente.

A questão que disputa a seguir gira em torno “da *qualidade da pena* imposta ao índio” (FIORETO, 2005: 97). Luís Siqueira da Gama cita diversos exemplos de castigos, levando o auditório a induzir que a pena foi até branda, invertendo, portanto, a valoração do problema. O autor desenvolve o problema recorrendo a uma *partição* –

⁴³ Ao analisar o *Tratado Político* de Rocha Pita, Eduardo Sinkevisque afirma que as partes do discurso podem constituir premissas umas às outras, de modo que toda a peça torna-se um silogismo (SINKEVISQUE, 2000a: 10-11).

⁴⁴ Percebe-se que é o mesmo problema que Franca aponta entre os indígenas, o de possuírem as formas exteriores mas não liga-las ao motivo principal, à Causa Primeira.

parte opcional do discurso retórico no qual os conceitos que serão desenvolvidos são explicados; serve, portanto, tanto para o aprofundamento da questão quanto ao *ethos* do orador. Na partição, Gama descreve detalhadamente os suplícios da prisão.⁴⁵

(...) na cadeia não padece o Réu preso só um martírio; porque experimenta infinitos pesares; antes que sinta o último infortúnio da morte, muitas vezes perde a vida; no antecipado susto de maior mal; na prisão decai o ânimo, com o receio futuro, padece o corpo porque na cadeia num só tempo se conturbam os sentidos todos (...) debilita-se o gosto; porque a prolongada inércia faz perder a estimação do paladar; o tato finalmente se perde; porque os grilhões e algemas, com o grave peso do ferro de tal sorte oprimem, e fatigam a atividade das mãos, e pés, que pode jamais tocar, e menos suster o uso algum do corpo; ainda que seja menos pesado: não é uma só a consternação de um preso muitas, e repetidas mortes são as que tolera sepultado no cárcere um delinqüente (GAMA, 1971: 86-87).

Todavia ante o crime de Cururupeba, a pena de prisão torna-se, até, leve e, Mem de Sá, clemente e justo, pois agiu conforme as leis do Reino (GAMA, 1971: 89-90). Com a valoração final dos dois pólos em discussão, o autor amplifica o discurso e, conseqüentemente, a gravidade do delito do chefe indígena e a benevolência do governante português, através de comparação do primeiro a Nimrod (no texto, chamado Nembrot), o qual buscou construir uma torre que alcançasse os Céus, enquanto a clemência de Mem de Sá atinge contornos divinos, uma vez que Deus *apenas* dispersou os habitantes do reino de Nimrod confundindo-lhes os idiomas. Dessa forma, segundo Fioreto,

Ele formula um raciocínio em que, pela recorrência explícita à autoridade divina, seu ouvinte/leitor compreende que os dois casos (ocorrido entre Cururupeba e o Governador Mem de Sá e entre *Nembrot* e Deus) podem constituir um símile (FIORETO, 2005: 123).

O símile é o mesmo recurso utilizado no início da dissertação e ele dá forma justamente à referida união entre exemplo e entimema, na medida em que se baseia na reinterpretação por Quintiliano do entimema aristotélico. Enquanto para o filósofo grego o entimema era o silogismo provável, no qual uma das premissas foi elidida por ser de conhecimento geral, para o retor latino o entimema é a comparação de duas coisas por uma terceira (HANSEN, 2002: 320). Dessa forma, a história bíblica ilumina a de Mem de Sá e Cururupeba; como veremos, essa iluminação recíproca de dois eventos distantes é traço importante do pensamento acadêmico.

b) Ao começar sua dissertação, Caetano de Brito e Figueiredo recorre a expediente semelhante ao de Luís Siqueira da Gama, pois relata a soberba que acometeu diversos

⁴⁵ A descrição viva – denominada *hipotipose* – aparece na própria definição do conceito tratado, de modo que é difícil aceitar uma divisão rígida entre provas racionais e provas psicológicas, como o faz Fioreto (2005).

povos antigos, os quais acreditavam numa outra origem humana ou que descendiam dos deuses. Isso permite que ele critique de antemão as tradições indígenas, já que “Os habitantes deste Novo Mundo também se arrogavam não menos confusa, porém mais certa, e mais nobre origem” (FIGUEIREDO, 1971: 157). Os mitos e tradições indígenas são negados à luz da verdade católica, pois “absurdo herético, e punível fora conceder-lhes outro princípio” (FIGUEIREDO, 1971: 158-159) que não o de Adão, resultando num paralelo entre os indígenas e os antigos sob o signo do paganismo; ao mesmo tempo, como já foi visto anteriormente, apenas valorizando as tradições no que concordam com sua própria verdade.

O certo é, que entre os crepúsculos, e sombras destas confusas, e incertas, e duvidosas notícias reluzia de alguma sorte nestes bárbaros a luz da verdade: reluzia ter havido um grande Dilúvio, reluzia terem dele escapado poucos homens, e reluzia propagar-se destes todo o gênero humano. O que sem dúvida assim foi, e assim sucedeu (FIGUEIREDO, 1971: 158).

O autor realiza o debate relatando, a partir de João Solorzano, quatorze opiniões sobre a origem dos índios. Referirei aqui apenas as que são acompanhadas de crítica. A primeira afirma que os indígenas vieram voando à América, da mesma forma que aconteceu a Habacuc, na Bíblia, “Porém como não se deve recorrer ao miraculoso, quando as coisas naturalmente podem ter acontecido” (FIGUEIREDO, 1971: 159), o autor a invalida.⁴⁶ A quinta opinião defende que os índios são descendentes das tropas de Salomão que rumaram à terra de Ofir, enquanto a sexta, que lhe é parecida, diz que os índios pertenciam realmente às tropas do Rei, porém que chegaram ao Brasil por acaso, uma vez que Ofir se localiza na Ásia. As duas opiniões são irmanadas pela crítica, sendo a primeira defendida por Pineda e, a segunda, por Tomás Malvenda. Figueiredo refere o desacordo no texto, o que gera uma espécie de nota, incluindo a citação à passagem em que os autores discutem o fato (FIGUEIREDO, 1971: 160). O autor, por fim, refuta os que crêem na geração espontânea dos homens. Com isso, conclui que a questão é controversa e que é mais *verossímil* que provenham os índios das

Províncias Setentrionais, ou Asiáticas, ou Européias, e dos Tártatos Lapônios, ou Zemblanos, circunvizinhos, e confinantes, dos quais no Dialético idioma, e pronúncia conservam grande semelhança; donde sendo a América ou continente, ou dividida com pequenos estreitos, seria fácil o trânsito daquelas gentes por estas Regiões (FIGUEIREDO, 1971: 161).

⁴⁶ Também relatada por Franca, o qual afirma que os indígenas vieram puxados pelos cabelos (FRANCA, 1971: 253). É rechaçada pelo mesmo motivo.

Se, de acordo com Isabel Mota, a Academia Real realizara a passagem da “glosa à crítica” (MOTA, 2003: 64), isto é, do comentário de autores à busca e verificação de documentos, percebe-se que o mesmo não aconteceu com a Academia dos Esquecidos. Caetano de Brito e Figueiredo organiza todo o seu discurso como um comentário de autores e não se pode esquecer que mesmo a opinião que endossa já foi referida anteriormente, sendo qualificada de verossímil e não sendo confirmada por nenhum documento original ou de arquivo.⁴⁷

c) O objetivo da quarta dissertação de Gonçalo Soares da Franca é disputar quando chegou ao Brasil o cristianismo. Para isso, ele tem de decidir se São Tomé veio realmente à América ou não. Como nas demais dissertações analisadas, a questão já está decidida antes de começar a ser discutida.

(...) seguimos a parte afirmativa, fundados nas tradições, que explicam os indícios; nos Autores, que afirmam; nos textos, que o provam; e nas razões, ou na razão, que a confirmam: por esta ordem, como costume, iremos historiando, e respondendo as dúvidas, ou incredulidades, da parte contrária (FRANCA, 1971: 257, *grifo meu*).

A seguir, ele refere os sinais deixados pelo apóstolo, freqüentemente em rochedos, citando-os segundo sua proximidade à Bahia. Franca, aqui, recorre a uma crítica em primeira pessoa e utiliza a experiência individual.

Aqui noto que haja Autor, que, fazendo tantos mistérios desta água, tão pouco exame fizesse nesta pedra, pois afirma não vira as pegadas, sendo certo que a estampa da parte posterior dos pés ainda suficientemente se divisa, e se se não distingue a mais porção, é porque a mesma devoção, ou pia credulidade, que bebe as águas, tem demolido e gasto as pedras (FRANCA, 1971: 258).⁴⁸

O elenco de sinais é corroborado por um entimema. Ao tratar da tradição segundo a qual foi o Santo que ensinou aos indígenas o cultivo da mandioca, o que o acadêmico considera bastante provável. Ele antecipa, porém, o argumento contrário, já que

⁴⁷ O caráter de glosa torna-se mais patente na “Dissertação antecrítica” de Inácio Barbosa Machado a Gonçalo Soares da Franca. Este último havia afirmado que o Brasil fora descoberto no dia 14 de abril, e não no de 24; por isso, Machado realiza uma longa discussão sobre os autores que trataram do tema, sua conclusão é a de que se nenhum dos autores afirmou ter se dado o descobrimento ao dia 14, então provavelmente ele não ocorreu nesse dia.

⁴⁸ Outro exemplo é a continuidade de uma passagem já citada de Gama, na qual discute a definição política do indígena. O autor recorre a um argumento em primeira pessoa, pois os índios *eram* homens racionais e *tinham* política porque “assim o vemos hoje no Brasil muitos Índios já congregados à Igreja Católica com inumeráveis aldeias onde seus religiosíssimos Párcos lhes administram desveladamente o melhor pasto espiritual das almas; e seus cuidadosos administradores os ensinam, defende, e utilizam na vida temporal: é coisa que vemos, e como o vemos, não necessita de outra confirmação” (GAMA, 1971: 34). Perceba-se que o olhar direto assegura a continuidade entre passado e presente.

Opor-me-ão que se Santo Tomé instruiu os Índios na cultura da mandioca, e fábrica dos vinhos, de que também o dão por Mestre, também lhes ensinaria o exercício da caça, e uso da pesca, pois se não dá maior razão para um que para outra coisa; respondo primeiro que eu trato aqui das tradições, e neste ensino não falam os Índios, aquela tradição a cada passo contam; respondo mais que há muita diferença de fazer mal obrar bem; para matar e ferir animais não há mister ensino, para cultivar plantas, e beneficiar raízes é necessário direção (GAMA, 1971: 259-260),

logo, como alguém deve ter ensinado aos indígenas a cultura da mandioca, é provável que esse alguém seja o apóstolo, enquanto a caça e a pesca, que são obra da natureza, não precisariam de alguém que lhes ensinasse. Na seqüência, apresenta uma confirmação da tradição eclesiástica, pela qual afirma que se não acreditasse em nada que não está escrito, não se poderia passar as tradições à escrita e se nem mesmo a Igreja vive sem tradições orais, “como duvidaremos absolutamente do que ouvimos, só porque o não lemos” (FRANCA, 1971: 261). Às tradições seguem-se os autores, da mesma forma que Caetano de Brito e Figueiredo. Isso mostra como são, na verdade, fluidas as partes do discurso retórico, uma vez que não se pode isolar a argumentação da refutação ou a própria narração – em que se define a questão – da argumentação, na qual se debate e se formula um juízo sobre ela.

O aspecto que mostra a especificidade da crítica acadêmica é o terceiro conjunto de provas – todas extrínsecas,⁴⁹ até agora – invocadas pelo autor, chamadas por ele de “textos”. O primeiro “texto” é o capítulo 16 do Evangelho de Marcos,

(...) onde expressamente manda Cristo a seus Apóstolos que vão pregar o seu evangelho por todo o mundo, e a todas as criaturas, sem exceção da terra, nem de pessoa, logo às Nações da América pregou algum Apóstolo (FRANCA, 1971: 263).

O segundo é a primeira Epístola aos Romanos, de São Paulo, “*sed dico nunquid non audierunt?* Haverá por ventura quem duvide que todos (geralmente fala) ouvirão as vozes evangélicas” (FRANCA, 1971: 264)? Por fim, o terceiro é o salmo 18 de Davi, no

⁴⁹ Aristóteles distingue dois tipos de prova, as extrínsecas e as intrínsecas ao discurso, no sentido de que as primeiras já estão à disposição do orador, enquanto as últimas são constituídas por ele em sua fala. "As for proos, some are inartificial, other artificials. By the formes I understadn all those which have not been furnished by ourselves but were already in existence, such as witnesses, torutres, contracts, and the like; by the latter, all that can be constructed by system and by our own efforts. Thus we have only to make use of the former, whereas we must invent the latter" (1355b; *tradução para o inglês de John Henry Freese*). É interessante contrapor tal definição das provas aos argumentos tal como classificados por Chaím Perelman e Lucie Tyteca. Baseados na distinção entre argumentação e demonstração, a idéia subjacente a sua classificação dos argumentos entre quase-lógicos e baseados na estrutura do real é a de que mesmo as provas demonstrativas - que, apesar das diferenças, podem ser associadas às provas extrínsecas de Aristóteles - estão sujeitas à persuasão. Dessa forma, não há uma realidade argumentativa prévia que seja imune ao discurso - o que não significa, é claro, afirmar que sua retórica é "arbitrária" (PERELMAN; TYTECA, 2005). Parece-me que uma posição intermediária é a de Olivier Reboul, para quem se há "fatos", isto é, demonstrações que não podem ser negadas, elas devem ser incorporadas ao discurso, sem que se duvide das mesmas (REBOUL, 1998).

qual se afirma, segundo o acadêmico, “que não há Nação, que não há gente, que não publique os louvores de Deus, se não é que os Índios não articulem vozes” (FRANCA, 1971: 265) e que a Terra não se acaba na Espanha.

A discussão das passagens bíblicas, por sua vez, é toda entremeada pelo debate entre comentadores, em especial Cornélio Alápide, que é seu opositor na questão. Segundo este, se os índios conhecessem o cristianismo, ter-se-ia encontrado indícios seus quando a América foi descoberta. A referência aos autores feita por Franca serve para confirmar que estes sinais realmente existem,

De onde vimos a inferir que o Alápide, e os mais que o negam, ou não viram os Autores, que tratam desses sinais, tão claros, e tão provados, como temos referido, ou todos têm por apócrifo (FRANCA, 1971: 264).

As razões, por fim, são as provas intrínsecas, isto é, constituídas pelo próprio Franca. A primeira é a de que “se nas três partes do mundo pregaram os mais Apóstolos como sabemos, porque nesta quarta parte não pregaria São Tomé?” (FRANCA, 1971: 267). De onde se apreende que, caso não tivessem escutado a palavra de Deus, os indígenas não teriam culpa em serem infiéis. A segunda razão, que aqui resumo como pergunta retórica, é a de que, descoberto o túmulo do apóstolo na Índia, a qual está tão longe da Cristandade e é tão bárbara quanto a América, porque ele não teria também pregado nesta última? Estas duas razões são entimemas aristotélicos, cujas premissas se fundam num conhecimento comum.

Ainda sobra espaço para mais um argumento, novamente intrínseco: um exemplo. Refutando aqueles que dirão que se São Tomé passou pela América, então algum sinal mais forte deveria haver de sua presença, ele lembrou o caso de Tânger, que nas idas e vindas entre portugueses, ingleses e árabes, perdeu, em menos de dois séculos, tanto as igrejas, num momento, quanto as mesquitas, noutro.

*

Praticamente de cada dissertação pode-se destacar um tipo de argumento. Na primeira, de Luís Siqueira da Gama, temos a reformulação do entimema por Quintiliano, levando ao símile (HANSEN, 2002). Na segunda destaca-se a discussão de autoridades – que constituem o debate de provas extrínsecas. Por fim, na última, tem-se uma retomada dos argumentos aristotélicos, através do entimema tal como por ele definido e do exemplo. Quatro argumentos e dois tipos de prova são mobilizados pelos acadêmicos, o que mostra tanto o quanto seguem os preceitos retóricos quanto medem seu desvio de uma

preceptiva que possa ser resumida a um discurso único.⁵⁰ A preceptiva dissertativa é ausente, portanto, porque virtualmente inexistente, sendo um discurso que se define por sua elocução, isto é, pelo funcionamento de seus argumentos.

A dialética, por sua vez, que informa a dissertação, não constitui gênero de escrita. Tanto que duas ou mais questões podem ser abordadas no mesmo texto – como no de Figueiredo, no qual a questão da origem dos índios e de se os antigos conheciam a América é que são abordados (aqui enfatizei só uma).⁵¹ Da mesma forma, a dialética não é instrumento neutro de análise e crítica, uma vez que a crítica definida retoricamente sempre é constituída por concepções que a precedem e a determinam.

Esse aspecto é próprio da epistemologia a que se reportam as dissertações, como veremos a seguir. Ela baseia um procedimento no qual toda cognição, não apenas aquela do entimema de Quintiliano, é comparação. Como consequência, a exigência da comparação de algo com o que se deseja conhecer exige que o que se torna conhecido é apenas o antigo sob uma nova forma, do mesmo modo que o problema da definição e do definido do capítulo anterior. O que não se pode concluir daí é que *faltasse* às dissertações acadêmicas procedimentos de crítica, como Isabel Mota e Iris Kantor parecem indicar, como foi discutido, por sua vez, no primeiro capítulo. Apenas a crítica realizada era subsumida nos procedimentos retóricos – figuras, partes do discurso, tipos de argumentos – e não assumia o caráter de uma investigação original em busca da veracidade do documento ou do que ele relatava.

⁵⁰ Enfatizei aqui a percepção dos argumentos no texto tal como definidos por Aristóteles, por isso eles foram traduzidos como tipos de prova. Uma metodologia que poderia ser trabalhada é a de classificar os argumentos como *baseados na estrutura do real* ou *quase-lógicos* (PERELMAN; TYTECA, 2005). Os primeiros ganham sua força de seu aparente princípio de realidade, enquanto os últimos, do peso de seu raciocínio. Para o presente estudo, penso que tal classificação poderia servir como uma espécie de meta-teoria à análise dos argumentos, uma vez que nesta classificação podem ser alocados os argumentos aristotélicos. O problema, metodológico, é que para cada realidade diferente seria preciso definir o que constitui o real e o que é lógico – na verdade, é o problema do *acordo prévio*; uma vez definidas as condições para se pensar os indígenas, por exemplo, por parte dos acadêmicos, a definição de seus argumentos como quase-lógicos ou baseados na estrutura do real seria uma teorização a se sobrepor à historicização já feita. O que não invalida, é claro, a necessidade da retórica ser fundada filosoficamente, como já foi discutido na introdução a este trabalho.

⁵¹ A questão do conhecimento dos antigos é tratada duas vezes pelos acadêmicos. Primeiro, na sétima reunião acadêmica, a oração recitada por Rafael Machado tem por tema se as glórias náuticas portuguesas na América são realmente *novas* ou não. Refutando o dito de Salomão, de que não haveria nada de novo sob o Sol, ele diz que se surgiu uma estrela nova, então coisas novas podem aparecer sobre o Sol – o que, por extensão, permite que sob o Sol também existam. O interessante é que sua argumentação desloca-se daí aceitando que o rei bíblico já conhecesse a América, dizendo que o esquecimento pode tornar as coisas novamente encobertas, logo bastava a América estar esquecida para que fosse nova quando encontrada pelos portugueses (I, 2, 197-209). Já Caetano de Brito e Figueiredo, concorda com o dito de Salomão, contudo parte a uma crítica das concepções dos antigos sobre o Orbe, chegando à conclusão de que algo tão grande como um continente deveria ter sido noticiado antes, se os antigos o conhecessem (FIGUEIREDO, 1971: 163). Também Inácio Barbosa Machado refere o assunto (LXVIII-LXXII)

CONSIDERAÇÕES FINAIS A ELOCUÇÃO METAFÓRICA

Qual a contribuição para a teoria da história e para a história da historiografia das diversas histórias escritas antes do século XIX? Como abordá-las? Quais seus problemas específicos e quais suas continuidades com a história enquanto disciplina? O presente trabalho tentou manter estas questões sempre em vista, apesar dos inúmeros desvios tomados durante sua realização. Se a especificidade da teoria da história está em perguntar-se pela epistemologia que funda a historiografia, é preciso fazer mais um breve desvio, rumo à concepção de linguagem acadêmica – trabalho inconcluso, como o conhecimento aqui descrito.

A revalorização da retórica no contexto pós-tridentino – que no Brasil se estende até o período em que surgiu a Academia – implicou na revalorização do gênero como critério do decoro e na substantivação da elocução como componente principal do discurso, uma vez que a recepção já estava codificada. Comentando tipo de produção diferente, Adma Muhana coloca a questão de se “é a elocução que, figurando o discurso, fornece a verossimilhança”, então

(...) Qualquer “figura”, igualmente um ornamento e um argumento, é aquilo que prova e desloca, que deleita e ensina, que dá a ver o discurso como uma composição de *coisas* ditas (MUHANA, 1997: 289, *grifo meu*).

Essas características constituem um *pensamento ornado*, isto é, a conjunção de procedimentos estilísticos e argumentativos visando tanto o saber quanto o prazer – os quais são, no fim, intercambiáveis. João Adolfo Hansen, lembrando a retórica ciceroniana e a do pseudo-Cícero da *Rhetorica ad Herennium*, afirma que, para produzir a *evidentia*, ou seja, para constituir imagens das coisas pela expressão, é preciso usar palavras escolhidas, metáforas, hipérboles e sinônimos (HANSEN, 2002: 320). Dito de outra forma, é preciso dispor de recursos que transponham os conceitos às coisas, as idéias às figuras. Como consequência, há uma continuidade entre os sentidos; vale lembrar aqui as constantes comparações entre a audição e a visão que os acadêmicos fazem, representadas na metáfora do “teatro”.

O aristotelismo neo-escolástico estabeleceu que, para além de um *tropo* discursivo, a metáfora é a base de qualquer discurso. O discurso, então, é uma metáfora que articula conceito e imagem. A expressão, que constitui o signo visível da representação, “relaciona o pensamento e a sua representação exterior, ou, em termos seiscentistas, como a metáfora que relaciona a ‘agudeza arquetípica’ e suas formas

exteriores” (HANSEN, 2002: 322). A expressão constitui um equivalente sensível à idéia mental, como resultado ela co-habita a extensão representativa, isto é, signo, conceito e imagem, ou, termos modernos, signo, significado e significante são, como as pessoas da Trindade, uma só e diferentes coisas, pois o signo não contém em si a referencialidade, e sim a constitui pela metáfora.

A ambigüidade que cerca a concepção de linguagem da época significa que, mesmo sendo parte de um contínuo representacional, a passagem de uma instância a outra não se dá sem problemas. É na recriação do conceito na realidade sensível que a retórica, como lembra Robert Klein, entra como uma *tekhne* (KLEIN, 1998: 126) que visa assegurar o instrumental necessário para garantir a adequação da representação – por isso o gênero é acompanhado do decoro. A dificuldade de alocar conteúdos novos a um decoro antigo é exposta, por exemplo, nesta passagem de Caetano de Brito e Figueiredo,

Tão discorde heterogênea, como querer introduzir no Sistema Retórico os nomes próprios de tão novas regiões, e gentes em tudo bárbaros, e que tanto diferem dos termos, e cláusulas da eloqüência, como ponderou Pompônio Mela (FIGUEIREDO, 1971: 146).

Os conteúdos que a expressão metaforiza e que a retórica garante a adequação – e a dissertação, sua verossimilhança – são, por sua vez, compartilhados. A infinitude regrada de representações que a retórica permite, portanto, serve apenas para expressar um repertório limitado de concepções. A *arte* se torna, então, repetição desses conceitos que atravessam a expressão e fundam a sociedade. É nesse sentido que o sermão tridentino refunda o pacto que institui a sociedade, que a sátira critica sempre e apenas o desvio e nunca o fundamento político e teológico da monarquia católica, ou seja, ela nunca é subversão e, trazemos a hipótese, a crítica histórica redonda sempre no encômio, na reafirmação de uma verdade que – figurada factualmente ou não – é sempre confirmação de algo já existente.⁵²

⁵² Nesse sentido, é interessante a segunda dissertação de Inácio Barbosa Machado, na qual ele mostra como o descobrimento do Brasil já fora pré-figurado na Escritura e na literatura antiga.

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. *Poética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, tradução de Ana Maria Valente.

_____. *Política*. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

_____. *Retórica* (várias edições).

BOUZA, Fernando. *Palabra e Imagen en la Corte – cultura oral e visual de la nobleza en el siglo de Oro*. Madrid: Abada Editores, 2004.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira (org.). *A poética clássica – Aristóteles, Horácio, Longino*. São Paulo: Cultrix, 1997; tradução do grego e do latim por Jaime Bruna.

BRITO E FIGUEIREDO, Caetano de. “Dissertações acadêmicas, e Históricas, nas quais se trata da Historia natural das Coisas do Brasil”. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo 5, pp. 139-221.

CALMON, Pedro. *História da literatura bahiana*. São Paulo: J. Olympio, 1949.

CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969-1971, vol. I, tomos 1-5.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed da UnB, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Legislação indigenista no século XIX”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 133-154.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FIORETTO, Thissiane. *Retórica e argumentatio: uma disputa entre Mem de Sá e Cururupeba*. Dissertação de mestrado. Assis: UNESP, 2005.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRANCA, Gonçalo Soares da. “Dissertações da história eclesiástica do Brasil”. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo 5, pp. 223-313.

GAMA, Luís Siqueira da. “Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na história do Brasil”. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo 5, pp. 7-138.

GINZBURG, Carlo. “Descrição e citação”. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 17-40.

_____. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *A Primeira História do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. *Palavra peregrina – o barroco e o pensamento sobre artes e letras no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1998.

GRAFTON, Anthony. *What was history? The art of history in early modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HARTOG, François. *Ancies, modernes, sauvages*. Paris: Galaade, 2008.

_____. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

HANSEN, João Adolfo. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. São Paulo: Hedra; Campinas: Unicamp, 2006.

_____. “A civilização pela palavra”. In: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 19-41.

_____. *A Sátira e o Engenho*. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas; Editora da UNICAMP, 2005.

_____. “Colonial e barroco”. In: *América – descoberta ou invenção*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, pp. 347-361.

_____. “Notas sobre o ‘barroco’”. *Revista do IFAC*, nº 4, 1997, pp. 11-20.

_____. “O Discreto”. In: *Libertinos libertários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 77-102.

_____. “Para uma história dos conceitos das letras coloniais luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII e XVIII”. In: JASMIN, Marcelo G.; FERES JR, João. (org.). *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2007, v. 1, p. 253-266.

_____. “Retórica da Agudeza”. *Letras Clássicas (USP)*, São Paulo, v. 4, 2002, p. 317-342.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de História Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. *O espírito e a letra: estudos de crítica literária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, volume 2.

_____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000 [1959]

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JR. João. *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-RIO; Edições Loyola; IUPERJ, 2006.

LIMA, Luiz Costa. “Comentário à comunicação de João Adolfo Hansen”. In: *América – descoberta ou invenção*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, pp. 362-365.

KANTOR, Iris. “Do Dilúvio Universal a Pai Sumé: mediações entre o universal e o local na historiografia erudita luso-americana (1724-1759)”. In: GONÇALVES, Andréa Lisly; ARAÚJO, Valdeci Lopes de (orgs.). *Estado, região e sociedade: contribuições sobre história social e política*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007, pp. 19-32.

_____. *Esquecidos e Renascidos – Historiografia Acadêmica Luso-Brasileira (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2004.

KLEIN, Robert. “A teoria da expressão figurada nos tratados italianos sobre as impresses, 1555-1612”. In: _____. *A forma e o inteligível*. São Paulo: EdUSP, 1998, pp. 117-139.

KOSELLECK, Reinhart. “Historia magistra vitae – sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento”. In: _____. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, pp. 41-60.

KRIEGEL, Blandine. *L’histoire à l’Age classique – II – La défaite de l’érudition*. Paris: Quadrige/PUF, 1996.

MACHADO, Inácio Barbosa. “As dissertações da história militar do Brasil”. In: MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. *A Academia Brasílica dos Esquecidos e as práticas de escrita do Brasil colonial*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH/USP, 1999, vol. II, pp. I-CLXI.

MARAVALL, José Antonio. *A cultura do barroco – análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: EdUSP, 1997.

MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. *A Academia Brasílica dos Esquecidos e as práticas de escrita do Brasil colonial*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH/USP, 1999, 2v.

MOTA, Isabel. *A Academia Real da História*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2003.

MUHANA, Adma. *A epopéia em prosa seiscentista*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

PAGDEN, Anthony. *La caída del hombre natural – el índio americano y los orígenes de La etnología comparativa*. Madrid: Alianza, 1988.

PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: EdUSP, 2001.

_____. *Teatro do sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antonio Vieira*. Campinas: EdUSP, 1994.

PERELMAN, Chaïm; ALBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PINTO, Nilton de Paiva. *A poesia de Rocha Pita na Academia Brasílica dos Esquecidos*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Salvador: Progresso, 1950.

_____. *Tratado Político*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.

POCOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

POPEANGA, Eugenia. “El discurso medieval en los libros de viajes”. *Revista de Filología Románica*, Madrid, n°8, 1991, pp. 149-162.

_____. “Lectura e investigación de los libros de viajes medievales”. *Revista de Filología Románica*, Madrid, n°8, Anejo I, 1991, pp. 9-26.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RICOEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SINKEVISQUE, Eduardo. “Breve relação sobre o Tratado Político (1715) de Sebastião da Rocha Pita ou uma notícia dividida em quatro anatomias”. *Estudos Portugueses e Africanos*. Campinas: Unicamp/IEL, n° 36, 2000a, pp. 59-80.

_____. *Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII – Introdução a um debate de gênero*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2000b.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Visions of Politics – 1: Regarding Method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

STAROBINSKI, Jean. “Fábula e mitología nos séculos XVII e XVIII”, In *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VESPÚCIO, Américo. *El nuevo mundo: cartas relativas a sus viajes y descubrimientos*. Buenos Aires: Nova, 1951.

WHITE, Hayden. “Introduction”. In: *Metahistory – The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1975, pp. 1-42.

ZARKA, Yves Charles. “Que nous importe l’histoire de la philosophie?”. ZARKA, Yves Charles (dir.). *Comment écrire l’histoire de la philosophie?* Paris: Quadrige/PUF, 2001, pp. 19-32.

ANEXO I
AS SESSÕES ACADÊMICAS

As sessões de davam aos domingos. Os assuntos normalmente eram esgotados em um só dia, não é norma que um assunto fosse tratado num dia e outro, noutra. A periodicidade das reuniões era, normalmente, quinzenal.

A cada sessão eram distribuídos dois assuntos para poesia, um assunto heróico e um assunto lírico. As orações acadêmicas podem – embora não o precisem – ter o mesmo assunto das poesias.

A presidência é um cargo rotativo, enquanto o secretariado é perpétuo. O presidente da sessão escolhe o tema, ao menos, da próxima oração e, provavelmente, também os assuntos para as poesias. O presidente, parece, era escolhido pelo Vice-Rei.

O Vice-Rei, Vasco Meneses, estava presente às sessões – ou ao menos era lembrado – e pedia cópia dos textos apresentados para guardá-los em arquivo.

Data	Ordem	Presidente	Primeiro Assunto (Assunto heróico)	Segundo Assunto (Assunto lírico)	Dissertação
03/04	1ª Conf.	José da Cunha Cardoso	Ao Vice-Rei		
23/04				A Academia	
07/05	2ª Conf.	Sebastião da Rocha Pita	Quanto deve a República das Letras a El-Rei	Quem amou mais, Clície ao Sol, ou Endimião à Lua	
21/05	3ª Conf.	João de Brito e Lima	Diana assistindo ao nascimento de Alexandre Magno na mesma noite em que Heróstrato queimava seu templo	Dama formosa, mas com poucos dentes, que para que não lhe notem a falta, costuma falar pouco	Dissertações de história natural – descrição geográfica geral da América
04/06	4ª Conf.	Francisco Pinheiro Barreto	O rei Dom João II que se vangloriava de conhecer seus vassallos	Uma hera sustentando um álamo seco	
25/06	5ª Conf.	Antônio Gonçalves Pereira	Celebrar aniversário do Príncipe	Uma dama dando a Fábio duas flores, um amor-perfeito metido em um malmequeres	
09/07	6ª Conf.	Raimundo Boim	A morte da Marquesa Dona Teresa de Moscoso	A Marquesa de Gouveia, Dona Inácia da Rosa, que se recolheu a um convento	
23/07	7ª Conf.	Rafael Machado	Uma estátua da Apolofo atingida e desfeita por um raio	Uma dama que, revolvendo pérolas na boca, quebrou alguns dentes	
06/08	8ª Conf.	Antônio Roiz Lima	César, que tendo notícia da morte de seu inimigo, chorou	Um menino gentil que, colhendo rosas em seu jardim, lhe mordeu um áspide, morrendo logo depois	
27/08	9ª Conf.	Sebastião do Vale	Agripina, a quem	Um delfim	Dissertações de

[20/08]		Pontes	foi dito que se seu filho, Nero, se tornasse imperador, seria morta, e respondeu que o fosse, ainda que a matassem	salvando e conduzido às costas um náufrago até a praia	história natural – Céus, planetas, constelações e climas brasílicos
10/09*	10ª Conf.	João Borges Barros	Onde teve mais glória, Trajano que, alcançando a vitória, não logrou o triunfo pois morreu antes ou em sua estátua, a qual prestou homenagem Adriado, a quem o Senado adjudicara o triunfo?	Uma senhora que, perdendo um grande bem, trata de esquecer o bem perdido	
24/09	11ª Conf.	Inácio de Azevedo	A atuação de Vasco Meneses no incêndio da casa de pólvora da Bahia	Uma dama que, chegando à janela para ver seu amante, por causa do Sol não o conseguiu ver	
08/10	12ª Conf.	João Álvares Soares	Quem cala vence	Amor com amor se paga e o mais certo é que amor com amor se apaga	
22/10	13ª Conf.	João Calmon	O aniversário do Rei	Uma açucena	
12/11	14ª Conf.	Ruperto de Jesus e Sousa	A Índia e o Brasil disputando qual deve mais honras a Vasco Meneses	Uma dama que, tomando um refresco em um jardim, quando viu o pôr do Sol começou a chorar	
26/11	15ª Conf.	Luís da Purificação	Cipião desterrado em Roma	Anaxarte convertida em pedra	
27/12	16ª Conf.	Félix Xavier	A modéstia de Alexandre Magno quando lhe foram apresentadas a mulher, a mãe e a filha de Dario, recém-vencido	Pirene transformada em fonte	
21/01	17ª Conf.	José Pires de Carvalho	Diógenes buscando com uma luz um homem na praça de Atenas durante o dia	Um cego trazendo às costas um coxo, que o governava com a vista, ajudando-se reciprocamente para a comodidade de ambos	
04/02	18ª Conf.	Manuel de Cerqueira Leal	As damas de Cartago, que cortaram o cabelo	O retiro que fez de Lisboa o Padre Bartolomeu	

			para enxárcias de uma armada contra seus inimigos	Lourenço Gusmão	
--	--	--	--	--------------------	--

No total, foram 18 conferências acadêmicas, indo de 3 de abril de 1724 a 4 de fevereiro de 1725. A sétima sessão deveria ter ocorrido no dia 20 de julho, porém o presidente indicado, Salvador da Mata, não pôde vir e foi substituído pelo reitor do colégio jesuíta da Bahia, Padre Rafael Machado. A nona oração, que se deu a 27 de agosto, deveria ter ocorrido no dia 20. A 14ª conferência deveria ter ocorrido no dia 5 de novembro, mas aconteceu no dia 12. A oração que abriu a 18ª sessão não foi preservada (ao menos não está nos volumes do Castello), porém sabe-se que ela foi presidida pelo Padre Manuel de Cerqueira Leal.

* no volume diz 10/07, mudei para 10/09 para casar com a periodicidade das reuniões.

ANEXO II AS DISSERTAÇÕES HISTÓRICAS ACADÊMICAS

Lúis Siqueira da Gama
Conferências altercadas e resolutas

Dissertação Primeira – Da Origem, e que coisas sejam Política, História, Dissertação e Brasil;

Dissertação Segunda – Da Divisão da Política, História, Dissertação, e Brasil;

Dissertação Terceira – Se os Índios Bárbaros do Brasil têm alguma espécie de política?;

Dissertação Quarta – Se foi conveniente ao Estado a conquista do Brasil, que se reduzissem os Índios, se os nacionais, por modo de República a grandes povoações;

Dissertação Quinta – Da política com que se governam os Índios do Brasil, nas suas aldeias, e qual seja mais conveniente, se serem seus magistrados os patrícos, ou se os Estrangeiros;

Dissertação Sexta – Do generoso despacho que deu El-Rei Dom Felipe o primeiro de Portugal a Dom Antônio Felipe Camarão e qual seja maior política, se dilatar o merecimento com a esperança do prêmio, ou antepor o galardão à súplica do beneficiário?;

Dissertação Sétima – Da pena que deu o Governador Mem de Sá às arrogâncias do soberbo Cururupeba;

Dissertação Oitava – Da política que usou Dom Duarte da Costa para vencer os Índios Tapuias, e Tupinambás; e se fora glorioso ou não este triunfo;

Dissertação Nona – Se fora decoroso e lícito o estratagema com que Dom Duarte da Costa triunfara dos Índios Tapuias e Tupinambás;

Dissertação Décima – De um maravilhoso caso, e apótema célebre devidamente ponderado nas histórias do Brasil.

Caetano de Brito e Figueiredo
Dissertações acadêmicas, e históricas, nas quais se trata da história natural das coisas do Brasil

Aparato Isagógico às Dissertações Acadêmicas nas quais se descreve a natureza das coisas principais do Brasil no que somente pertence à História natural

Dissertação Primeira, na qual se trata da geral, e geográfica descrição de toda a América com abreviada demonstração do mais raro, e admirável, que a Natureza nela produziu

Dissertação Segunda da Origem dos índios, e primeiros povoadores da América, e se tiveram os Antigos dela algum conhecimento

Dissertação Terceira. Descreve-se o Brasil com outras particularidade pertencentes à sua natureza

Dissertação Quarta dos Céus, Planetas, Constelações e Climas Brasilícos

Dissertação Quinta dos Climas, Ares, e Meteoros Brasilícos

Dissertação Sexta – Na qual se trata das Aves do Brasil

Dissertação Sétima na qual se individuum os nomes, cores, e diferenças das Aves Brasilícas

Dissertação Oitava, na qual se descrevem os Insetos Voláteis do Brasil

Gonçalo Soares da Franca
Dissertações da história eclesiástica do Brasil que recitou na Academia Brasilíca dos Esquecidos

Antilóquio das Dissertações da História Eclesiástica do Brasil

Primeira Parte – Dissertação Primeira da história eclesiástica do Brasil, trata do seu descobrimento

Dissertação Segunda, em que se descreve geograficamente o Brasil

Dissertação Terceira, em que se resolve quem foram os primeiros povoadores do Brasil, quando, e como, a ele passaram

Dissertação Quarta: Se a América passou a São Tomé

Dissertação Quinta: Se os Índios do Brasil tinham alguma Lei, como e quando a ele passou a Católica Romana

Segunda Parte – Dissertação Primeira da história eclesiástica do Brasil: trata da fundação das Igrejas

Dissertação Segunda: Continuam as fundações das Igrejas

Dissertação Terceira em que se prossegue, as erecções das Igrejas

Inácio Barbosa Machado

Exercícios de Marte, Nova Escola de Belona, Guerra Brasílica (...) Dissertações Críticas Jurídico Históricas do Descobrimento, e origem dos Povos, e regiões desta América, povoações, e conquistas guerras, e vitórias com que a nação Portuguesa conseguiu o Domínio das quatorze capitánias que formam a Nova Lusitânia, ou Brasil

Aparato Crítico Histórico e Panegírico à História da guerra Brasílica

Dissertação primeira em que se trata do descobrimento da Terra da Santa Cruz, ou Nova Lusitânia vulgarmente do Brasil

Dissertação 2ª Mostra-se como na escritura Divina estava profetizado este maravilhoso descobrimento, e como os Sagrados Vaticínios que prediziam esta felicidade se entenderam neste último século da nossa Idade

Dissertação 3ª do descobrimento do Brasil pelos Portugueses em que se controverte quando Pedro Álvares Cabral descobriu a terra de Santa Cruz eram já conhecidas estas Províncias por naturais da Europa, ou de outra parte do Mundo

Dissertação antecritica ou Apêndice apologético da primeira Dissertação da Guerra Brasílica

Dissertação 4ª em que Geográfica, e Corograficamente se descreve o Brasil, segundo as suas quatorze Capitánias

Dissertação 5ª em que se trata Se antes do nosso descobrimento do Brasil já houve Guerras nestas Províncias em que se escreveram as insignes vitórias com que o 3º Governador do nosso Estado destroçou aos Gêntios da Bahia e o seu Recôncavo, e aos Franceses, e Tamoios no Rio de Janeiro

Dissertação 6ª em que se continua a História dos gloriosos sucessos, e vitórias insignes do 3º Governador do Brasil, o Grande Mem de Sá, e se observam as plausíveis circunstâncias do dia 22 de Outubro do memorável ano de 1689